



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY  
RIBEIRO – UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS -  
PPGPS

VIVIANY FÉRRAS DA MOTTA DOS SANTOS SOARES

“VIOLÊNCIA URBANA”: VOZES DE FAMILIARES DE VÍTIMAS EM  
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Campos dos Goytacazes, maio de 2018

VIVIANY FÉRRAS DA MOTTA DOS SANTOS SOARES

“VIOLÊNCIA URBANA”: VOZES DE FAMILIARES DE VÍTIMAS EM  
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Jussara Freire

Campos dos Goytacazes, maio de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

048/2018

S676 Soares, Viviany Férras da Motta dos Santos.  
“Violência urbana” : vozes de familiares de vítimas em Campos dos Goytacazes/RJ / Viviany Férras da Motta dos Santos Soares. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.  
80 f. : il.  
Bibliografia: f. 72 – 80.  
Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2018.  
Orientadora: Jussara Freire.  
1. Violência Urbana. 2. Mães de Vítimas de Homicídio. 3. Espaço Público I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 364.4098153

**VIVIANY FÉRRAS DA MOTTA DOS SANTOS SOARES**

**“VIOLÊNCIA URBANA”: VOZES DE FAMILIARES DE VÍTIMAS EM CAMPOS  
DOS GOYTACAZES/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovado em        de        de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Denise Cunha Tavares Terra  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Glauca Maria Pontes Mouzinho  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof. Dr. Hérnan Armando Mamani  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Freire (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense - UFF

Em memória de minha mãe Lílian Simony. Por ter sido a melhor pessoa do mundo. Por ter contribuído com quem sou hoje. Por ter me dado momentos mágicos em minha infância e ter sido a minha melhor amiga. Te amo para sempre.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Norte Fluminense que mesmo passando por períodos de dificuldades, manteve a excelência no ensino. Agradeço imensamente ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Também agradeço a todos os professores e aos demais servidores desta instituição que fazem parte da realização deste trabalho.

Aos membros da banca, por sua disponibilidade e atenção.

Às mães que aceitaram dividir suas memórias mais dolorosas e sem as quais essa pesquisa não faria sentido.

Sou extremamente grata a minha orientadora Jussara Freire por suas contribuições valiosas ao longo da pesquisa, por sua generosidade ao transmitir conhecimento, por sua amizade e carinho que serão recordados por toda a minha vida.

Agradeço ao grupo de pesquisa Cidades Espaços Públicos e Periferias (CEP 28), sem o qual não teria conhecido o gosto pela pesquisa. Ao colega Diogo, solidário, compreensivo e a quem tenho enorme gratidão. A Ailton, colega inteligente e generoso que me inspira constantemente. À Thayna Araujo, Carolina Melo e Tayná Santos, amigas com as quais aprendo muito. A todos os membros que já fizeram ou fazem parte deste incrível espaço de pesquisa e aprendizado.

Um agradecimento especial a minha filha Lílian Maria, minha melhor amiga, companheira por sua compreensão em minhas ausências. Agradeço ao meu marido Daniel, sempre ao meu lado nos momentos de necessidade e grande incentivador dos meus estudos. Também a minha família que de várias formas possibilitaram minha chegada até aqui, em especial aos meus irmãos e aos meus avós.

Aos meus amigos que me proporcionaram momentos de descontração e apoio necessários: Augusto, Cristiana, Denise, Enderson, Gustavo, Jaqueline, Jerusa, Josi, Patrícia, Rosita e Sarah. Todos os amigos e colegas de trabalho que torceram por mim e que ajudaram de alguma forma.

Em memória de minha amada mãe Lílian Simony a quem não tenho palavras suficientes para agradecer por tudo que fez por mim e que seria a pessoa mais orgulhosa do mundo ao me ver concluindo essa etapa. Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui.

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.

(Michael Pollak)

## RESUMO

SOARES, Viviany Férras da Motta dos Santos. “**Violência urbana**”: vozes de familiares de vítimas em Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2018.

As experiências públicas de familiares de vítimas de homicídios (cujas mortes são problematizadas “como consequência da violência urbana”) em Campos dos Goytacazes é objeto do presente trabalho. O objetivo é descrever e interpretar as experiências de familiares após a perda de seus filhos assassinados por narcotraficantes e os recursos que mobilizam para lidar com este luto, em um contexto urbano marcado por uma ausência de movimentos sociais, coletivos ou instituições que poderiam ancorar denúncias de mortes de vítimas de conflitos entre narcotraficantes. Desta forma, propus analisar “os processos de investigações” no sentido de Dewey (2003) (e me inspirando nos modos segundo os quais Quéré e Terzi (2015); Stavo-Debaugé e Trom (2004); Breviglieri (2008) e Menezes (2014) retomaram esta proposta da filosofia pragmatista) conduzidos por estes familiares, procurando restituir as tramas e os engajamentos destes atores após à perda do filho assassinado. Em outros termos, analiso as avaliações, qualificações e experiências de familiares que perderam seus filhos assassinados por traficantes e como estas se articulam com uma linguagem da “violência urbana” de cidade média, neste caso, em Campos.

**Palavras-chave:** Mães de vítimas de homicídio. Violência urbana. Espaço público.

## ABSTRACT

SOARES, Viviany Férras da Motta dos Santos. **"URBAN VIOLENCE" - VOICES OF RELATIVES OF VICTIMS IN CAMPOS dos GOYTACAZES** Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2018.

The victims' of homicides (whose deaths are problematized "as a consequence of the urban violence") relatives' public experiences in Campos dos Goytacazes are object of the present work. The objective is to describe and to interpret the relatives' experiences after their children's loss murdered by drug dealers and the resources that mobilize to work with this mourning, in an urban context marked by an absence of movements social, collective or institutions that could anchor accusations of victims' of conflicts deaths among drug dealers. This way, I intended to analyze "the processes of investigations" in the sense of Dewey (2003) (and being inspired by the manners according to the ones which Quéré and Terzi (2015); Stavo-Debaugé and Trom (2004); Breviglieri (2008) and Menezes (2014) they retook this proposal of the pragmatist philosophy) driven by these family ones, trying to return the plots and these actors' engagements after to the murdered son's loss. In other terms, I analyze the evaluations, qualifications and relatives' experiences that lost their children murdered by traffickers and as these they pronounce with a language of the "urban violence" of medium city, in this case, in Campos.

**Keyword:** Homicide victims' mothers. Urban Violence. Space public.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> –	Mapa localizando o município de Campos no Estado do Rio de Janeiro .....	15
<b>Figura 2</b> –	Mapa dos distritos da cidade de Campos .....	15
<b>Figura 3</b> –	Mapa apresentando dados de segurança pública em Campos .....	20
<b>Figura 4</b> –	Mapa esquemático do Distrito de Campos a partir das divisões de bairros ....	21
<b>Figura 5</b> –	Conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes .....	23
<b>Figura 6</b> –	Comparação de dados sobre “Homicídios decorrestes de oposição à intervenção policial” no ano de 2016 no estado do Rio de Janeiro .....	28
<b>Figura 7</b> –	Homicídios por tipo em 2016 no estado do Rio de Janeiro .....	37
<b>Figura 8</b> –	Homicídios por tipo em 2016 na cidade de Campos dos Goytacazes .....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
AISP	Área Integrada de Segurança Pública
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CCS	Conselho Comunitário de Segurança
CEP28	Cidades, Espaços públicos e Periferias
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DP	Delegacia de Polícia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISP	Instituto de Segurança Pública
ONG	Organização Não-Governamental
PC	Polícia Civil
PMCG	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes
PM	Polícia Militar
PMF	Programa Morar Feliz
TCP	Terceiro Comando Puro
TG	Favela Tira Gosto
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>“VIOLÊNCIA URBANA” E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES</b> .....	14
2.1	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES ..	14
2.2	A “VIOLÊNCIA URBANA” NO DEBATE PÚBLICO .....	24
2.3	OS JORNAIS E O DEBATE PÚBLICO CAMPISTA .....	30
<b>3</b>	<b>AS VOZES DE FAMILIARES DE VÍTIMAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES</b> .....	36
3.1	MORTES VIOLENTAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES .....	36
3.2	A PESQUISA DE CAMPO, OS CONTATOS COM AS MÃES E APRESENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE MINHAS INTERLOCUTORAS .....	39
3.3	PONTOS COMUNS DAS EXPERIÊNCIAS DAS MÃES .....	42
3.4	VIZINHANÇA, MATERNIDADE E SUJEIÇÃO CRIMINAL .....	45
<b>4</b>	<b>TOMADAS DE VOZ E SOFRIMENTOS DE MÃES DE VÍTIMAS EM CAMPOS</b> .....	49
4.1	O ENCOLHIMENTO EM COMUNIDADES RELIGIOSAS .....	54
4.2	TOMAR VOZ EM SITUAÇÕES QUE CRIMINALIZAM AS VÍTIMAS ..	56
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa partiu do meu estranhamento quanto à ausência de arenas públicas que problematizam as mortes de moradores de periferias de Campos dos Goitacazes/RJ, relacionadas à criminalidade violenta desta cidade. Observava inicialmente um contraste entre mobilizações de luta contra a violência, das quais participavam movimentos de familiares de vítimas de violência policial, na cidade do Rio de Janeiro (BIRMAN, 2008) e o que identificava inicialmente como ausência ou apatia de movimentos sociais em Campos.

Em Campos, é crescente a visibilidade de casos que se apresentam como aumento de homicídios no debate público, em sua maioria, aparecem como consequência de conflitos entre facções criminosas na cidade.

As formas de tematizar violência urbana é diferente em uma cidade grande e em cidades médias. O objetivo deste trabalho é mostrar as diferentes formas de acesso ao espaço público dos familiares de vítimas. Pretendo mostrar quais formas a violência urbana se apresenta no debate público e como são academicamente apresentadas. Na cidade de Campos, por exemplo, diferente da cidade do Rio, é menos recorrente a tematização da violência do Estado pela figura do policial militar. A violência letal é apresentada como mostrarei no primeiro capítulo, como consequência dos conflitos entre narcotraficantes;

Estas primeiras observações me conduziram a propor o objeto da presente dissertação de mestrado: as experiências públicas de familiares de vítimas de homicídios (cujas mortes são problematizadas “como consequência da violência urbana) em Campos dos Goytacazes que serão apresentadas no segundo capítulo. O objetivo é descrever e interpretar as experiências públicas de familiares após a perda de seus filhos assassinados por narcotraficantes e os recursos que mobilizam para lidar com este luto, em um contexto urbano marcado por uma ausência de movimentos sociais, coletivos ou instituições que poderiam ancorar denúncias de mortes de vítimas destes conflitos.

Desta forma, proponho analisar “os processos de investigações” (no sentido de Dewey (2003), e me inspirando nos modos segundo os quais Quéré e Terzi (2015), Stavo-Debauge e Trom (2004), Stavo-Debauge (2012), Breviglieri (2008) e Menezes (2014) retomaram esta proposta da filosofia pragmatista) conduzidos por estes familiares, procurando restituir as tramas e os engajamentos destes atores após à perda do filho assassinado. Em outros termos, analisar as avaliações, qualificações e experiências de familiares que perderam seus filhos

assassinados por traficantes e como estas se articulam com uma linguagem da “violência urbana” de uma cidade média, neste caso, Campos dos Goytacazes.

O problema se articula com aquele que comecei a explorar em trabalhos anteriores<sup>1</sup> que realizei ainda em nível de graduação e com outras pesquisas das quais participei no grupo de pesquisa Cidades, Espaços Públicos e Periferias (CEP28), coordenado por Jussara Freire. Estas experiências contribuíram para realizar um primeiro mapeamento dos modos segundos os quais diferentes segmentos da cidade de Campos tomam voz e acessam ao espaço público. Desta forma, analisei as implicações da modalidade de reconhecimento da “sociabilidade violenta”<sup>2</sup> (MACHADO DA SILVA, 2010) em Campos no que tange às formas de experimentar e vocalizar, por familiares, perdas de filhos. Procurei ainda compreender como os relatos destes atores se entremeiam com a elaboração de uma linguagem da “violência urbana”, mas no caso que analiso, situada em um contexto de uma cidade média, essa linguagem será apresentada no terceiro capítulo.

Realizei relatos vindos de quatro mães de vítimas assassinadas em contexto de violência urbana em Campos. A dor da perda e o luto marcavam incessantemente os relatos das mães. Além dos relatos das mães fiz a análise de matérias de jornais locais de Campos dos Goytacazes.

Desta forma, este trabalho se justifica, em primeiro lugar, pelo fato de que me parece original retomar a questão dos familiares de vítimas a partir de um ângulo ainda pouco estudado, isto é, das consequências de mortes geradas por violência do narcotráfico. Quais efeitos essas experiências têm para seus familiares no que tange aos modos segundo quais estes atores tomam vozes e se engajam no espaço público após este evento traumático.

Essa dissertação ainda se justifica pela ênfase dada ao contexto de uma cidade média para a compreensão das experiências de vítimas de violência do narcotráfico em uma cidade média. Outro aspecto não explorado nos estudos que levantei, os quais abordam

---

<sup>1</sup> Projeto: Os grandes empreendimentos da expansão universitária na região norte-fluminense: reconfiguração da sociabilidade e novos problemas públicos. 2012. Iniciação Científica. (Graduando em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ. Orientador: Jussara Freire. Pesquisa: Construindo a Sensação de Insegurança em Campos dos Goytacazes: o ponto de vista dos moradores. 2010. Orientador: Jussara Freire. Trabalho de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense Proteção social e Política Habitacional em Campos dos Goytacazes. O Programa Morar Feliz sob uma perspectiva interdisciplinar.

<sup>2</sup> Sobre a noção de sociabilidade urbana e sua articulação com a linguagem da violência urbana, remeto-me às contribuições de Machado da Silva (2010). Segundo este autor: (...) a partir do reconhecimento de uma “sociabilidade violenta”, a linguagem dos direitos deixou de articular de maneira unívoca o conflito social (e os medos a ele associados), passando a competir com a linguagem da violência urbana, que tematiza os sentimentos difusos de insegurança que pesam sobre as expectativas de prosseguimento pacífico das rotinas diárias e geram a mentalidade de “segurança apesar dos outros”, no lugar da “segurança com os outros”, para usar as conhecidas expressões de Bauman (2000, 2001) na sua interpretação do “inimigo próximo” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 288).

sistematicamente contextos metropolitanos e de grandes cidades, seja no Brasil, seja em outros contextos latino-americanos. Desta forma, dá ênfase às formas como o ambiente – em um sentido amplo – de uma cidade de médio porte incide nos processos de investigação destes atores. Por ambiente, entende-se neste caso tanto a organização espacial da cidade e de seus *territórios da pobreza*, bem como as instituições e formas de ação coletiva que caracterizam esta cidade.

## 2 “VIOLÊNCIA URBANA” E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Neste capítulo, procuro compreender os sentidos da categoria “violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2015) é construída em Campos, cidade do interior fluminense a partir do ano de 2009, considerando que a grande maioria dos estudos sobre o tema estão focados na capital do estado do Rio de Janeiro. Busco também compreender como são pensadas as políticas de segurança pública nesta cidade.

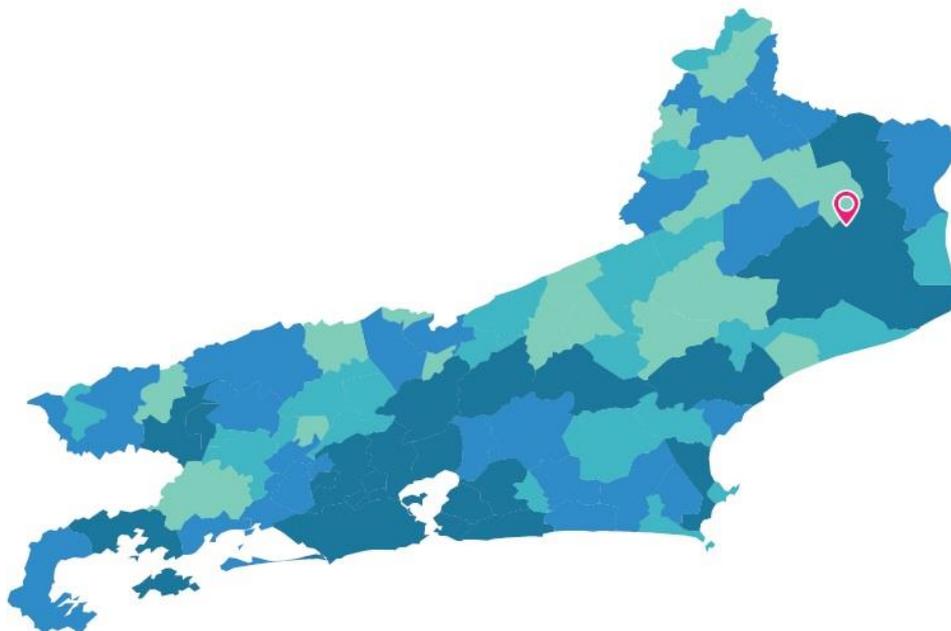
### 2.1 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Em primeiro lugar, apresentarei os dados gerais e o perfil socioeconômico de Campos dos Goytacazes. A cidade está localizada na região Norte Fluminense e está aproximadamente 300 km de distância da capital, Rio de Janeiro. É o mais extenso município do estado do Rio de Janeiro (4.032 km<sup>2</sup>) e com uma numerosa população do interior do estado do Rio de Janeiro, estimada em 487.186 habitantes (IBGE, 2016). Ela é dividida territorialmente em 14 distritos. Possui duas delegacias de polícia (134<sup>a</sup> DP e 146<sup>a</sup> DP), um Batalhão de Polícia (8<sup>o</sup> BPM) e um Conselho Comunitário de Segurança (CCS), cujas reuniões acontecem da sede do 8<sup>o</sup> BPM, que compreende a 8<sup>a</sup> AISP<sup>3</sup>.

---

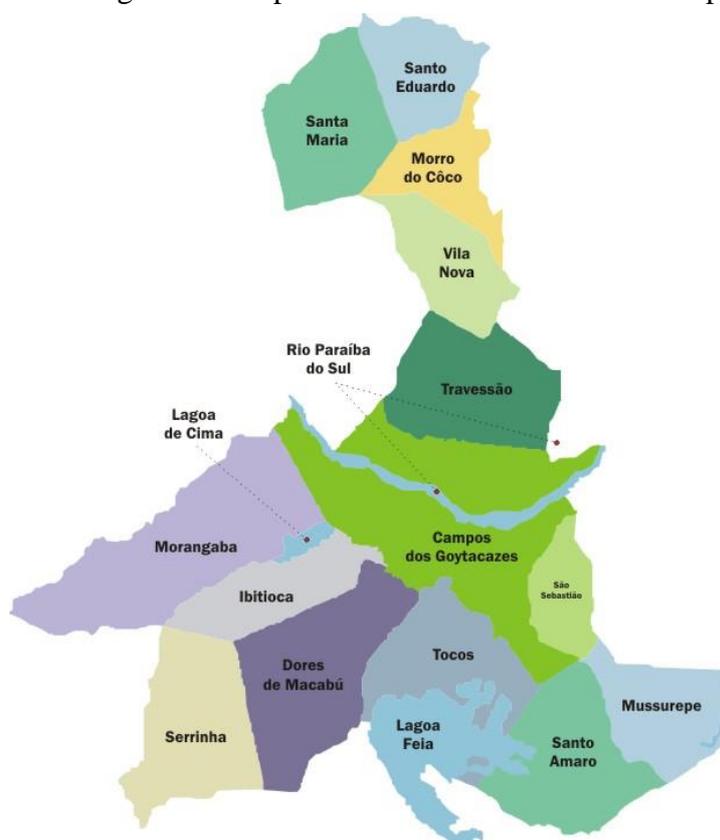
<sup>3</sup> As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) foram criadas através da Resolução SSP n. 263 de 27 de julho de 1999, como parte de uma política de segurança pública que tinha por objetivo estreitar a ligação entre as Polícias Civil e Militar, bem como destas com as comunidades abrangidas pelas AISP através da gestão participativa na identificação e resolução dos problemas locais de segurança pública. As AISP foram estruturadas com base nas áreas geográficas de atuação das Polícias Civil e Militar. Dessa maneira, o contorno geográfico de cada AISP foi estabelecido a partir da área de atuação de um batalhão de Polícia Militar e as circunscrições das delegacias de Polícia Civil contidas na área de cada batalhão. A atual divisão territorial do Estado do Rio de Janeiro, segundo o critério de Áreas Integradas de Segurança Pública, contempla um total de 39 AISP, conforme a Resolução SESEG n.º. 478 de 11/05/2011, que visou adequar os limites geográficos de atuação das unidades da Polícia Civil e Militar, de forma a torná-las compatíveis aos objetivos da gestão territorial da segurança pública segundo (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

Figura 1 – Mapa localizando o município de Campos no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017.

Figura 2 – Mapa dos distritos da cidade de Campos.



Fonte: CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DE CAMPOS, 2015.

Os royalties, referentes à exploração de petróleo na Bacia de Campos, representam a principal fonte de arrecadação e recursos municipais. No entanto, estas fontes diminuiriam significativamente após a queda do preço do petróleo e da diminuição do volume de negócios da Petrobras. Tal diminuição provocou drásticas mudanças municipais geradas pela “crise do petróleo” que justificavam, segundo administradores municipais, a interrupção de uma série de políticas sociais em torno das quais, programas municipais foram planejados, dentre eles o programa habitacional Morar Feliz (PMF)<sup>4</sup> - central na minha análise.

No debate público recente, em escala estadual e nacional, Campos é apresentada como uma das cidades “mais violentas do estado” quando José Mariano Beltrame exercia ainda o cargo de Segurança do Rio de Janeiro (2007-2016) (NF NOTÍCIAS, 2016). Destaca-se ainda outras matérias na imprensa nacional e regional que apresenta Campos como uma “das cidades mais violentas do interior”, como é o caso, por exemplo, de um noticiário televisivo da Inter TV/Região serrana (G1, 2017a) durante o qual são apresentados dados do Instituto de Segurança (ISP) de 2016 em tom alarmante: o número de homicídios dolosos era de 168 em 2015 e se elevou em 272 casos em 2016.. Ainda vale destacar que, na imprensa local os assuntos “criminalidade” e “violência” são fortemente localizados em áreas específicas: favelas, bairros mais distantes do centro (como o bairro Travessão), conjuntos habitacionais localizados em diversos pontos periféricos e constantemente a região de Guarus. Não obstante, o debate público da cidade pauta sistematicamente como o principal *locus* da criminalidade violenta.

Os bairros que compõem o que antes era denominado distrito de Guarus, estão localizados na margem direita do Rio Paraíba do Sul - que atravessa a cidade. Trata-se de uma grande extensão territorial do município e apresenta o maior número de crimes violentos, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP).

Segundo Assis (2016), Guarus é considerado lugar da violência ou violento em potencial. Moradores são frequentemente desqualificados moralmente. Quando em situação de conflitos relacionados a depreciação do bairro de moradia, seus moradores desempenham tentativas de distanciamento das categorias morais depreciativas. “Não sou assim, mas sou de lá”. A categorização geralmente pejorativa, é um dos problemas para quem circula entre os “dois lados da cidade”. Assis (2016) apresenta documentos históricos do final do século XIX

---

<sup>4</sup> O programa Morar Feliz foi criado em 2009. O projeto inicial pretendia entregar aos moradores da cidade, até 2012, 5.426 casas populares em 10 bairros tidos como “periféricos” (Penha; Jockey; Tapera; Parque Prazeres; Santa Rosa; Eldorado; Travessão; Lagoa das Pedras e Aldeia), e, até 2016, a meta seria mais 4.574. Assim foram construindo 18 conjuntos habitacionais, mas a meta da segunda etapa não foi atingida. Em ambas as fases, a prefeitura contratou a construtora Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção (OSEC). Hoje, cerca de 32 000 pessoas residem nas 6.500 casas destes conjuntos (FREITAS; RIBEIRO, 2013).

e início do século XX, como boletins de polícia, processos jurídicos e publicações em jornais da época, que identificam a região, hoje denominada de Guarus, como espaço de sujeitos perigosos (neste período ainda existiam na localidade indígenas e quilombolas).

As notícias sobre Guarulhos passaram a ser motivo de temor para moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul e a solução sinalizada pelos vereadores da Vila seria o envio de “pólvora” e uma “artilharia” para defender de um possível ataque. Eis a situação em que uma localidade é categorizada como perigosa, quando as disputas territoriais ainda envolviam colonizadores e populações autóctones. Neste primeiro momento, o morador de Guarus é o indígena que fora colocado em redução católica. Tendo como base a abordagem destacada até aqui, infiro que a construção dos “lugares perigosos” ocorre situacionalmente e esta redefine o modo como às pessoas passarão a agir, neste caso, a partir de um quadro de referência elaborado por aqueles que qualificaram o lugar. O “índio” nesse contexto é o “estrangeiro<sup>4</sup>”. Ele está perto, mas distante. E em uma situação de “crise”, ele poderá ser categorizado como “inimigo interno”. Após o período destacado até aqui, já ao final do século XIX e início do XX, quando há uma expansão do município em direção ao norte, no caso, em direção à Guarulhos, Alberto Lamego (1945, p. 176) faz a seguinte afirmação: *Para o norte o colono primitivo encontra um matagal fechado e intransponível, infestado de Purís e de Aimorés [...]*. Os Purís e Aimorés são categorizados não como moradores, mas como uma *infestação* no lugar (ASSIS, 2016, p. 03).

Esses primeiros ocupantes, indígenas e depois quilombolas, receberam símbolos de estigma (GOFFMAN, 2011). Os moradores da margem direita do rio recebiam símbolos de prestígio, principalmente relacionados ao pertencimento a famílias tradicionais de acordo com os trabalhos de Assis (2016).

Família tradicional e sobrenome pareciam exercer força menor que o lugar de moradia. As pessoas recebiam boa ou má reputação de acordo com “o lado da cidade” que habitavam neste período final do século XX. Hoje, esse estigma permanece e apesar da cidade conter vários bairros pauperizados e com índices elevados de violência, como Goitacazes por exemplo, não são tão estigmatizados quanto Guarus no imaginário da população.

Segundo Assis (2016), Guarus não tem boa reputação. Quando se mora em Guarus a família é irrelevante. Objetos de desconfiança mesmo nos dias atuais. Em função disso, o morador de Guarus desempenha inúmeros esforços para evitar ser desqualificado nas suas interações da vida cotidiana<sup>5</sup>, realizando o que Machado (2008) e outros autores denominaram de “limpeza simbólica” no caso dos estudos relacionados a moradores de favelas no Rio de Janeiro.

As desqualificações que pesam sobre estes moradores podem ser intensificadas quando ocorrem em interações de face-a-face com agentes do estado. Os agentes de segurança

---

<sup>5</sup> Para Goffman, certas características dos indivíduos antecipavam expectativas sobre os papéis a serem desenvolvidos pelos indivíduos, o que ele denominou de estigmas (GOFFMAN, 1988).

pública ao tratarem dos casos de violência em Guarus, repetem esse discurso de criminalização, mesmo que em alguns momentos defendam que nem todos os moradores são criminosos. No entanto, o bairro e o território são criminalizados. Assim como acontecem nas favelas, os demais moradores da cidade reconhecem que “a maioria são trabalhadores e não bandidos”, mas em situações onde a “sensação de insegurança” aumenta, são as favelas e, em Campos também o distrito de Guarus, que serão não só alvos de desconfiança e suspeita como também lugares onde as ações mais extremas serão tomadas sem muito pudor por parte das autoridades.

Dessa forma, como já mencionado, as notícias sobre criminalidade violenta se referem recorrentemente ao distrito de Guarus<sup>6</sup> (pejorativamente qualificado “do outro lado” por muitos moradores da cidade)<sup>7</sup>; favelas não necessariamente ali localizadas (como a Favela da Baleeira, Margem da Linha da Tapera e Tira-Gosto); bairros da Baixada Campista e/ou conjuntos habitacionais do “Morar Feliz” (que podem ter proximidade com estes dois outros residenciais). É ainda nítida a criminalização destes moradores na opinião pública, ou ainda, a tematização de uma maior “agressividade” nestes territórios. Por exemplo, em uma matéria de 2016 do jornal Terceira Via, intitulada “Confira o mapa da violência em Campos”, o então comandante do oitavo batalhão, o entrevistado Marco Aurélio Pires Louzada afirma:

Os bandidos de Guarus são mais agressivos entre si. Na área da Delegacia do Centro existe mais uma coordenação dos criminosos. Eles agem de maneira mais ordenada porque têm os freios inibitórios. Aqui, eles podem sair pela rua atirando. Os moradores veem, conhecem quem atirou e conhecem quem morreu, mas não falam nada porque têm medo. Aqui, eles são mais agressivos entre si e com a população também” (GOMES, 2016, p. 1).

Retomando personagens de ficções, o delegado ainda intensifica a desumanização (FREIRE, 2010) de moradores de Guarus qualificando-os de “zumbis” em caso de “ausência de estado”, que no caso significa a defesa de uma maior repressão policial. Caso contrário, prevê o aumento de criminalidade e um fechamento de fronteiras do distrito em relação ao restante da cidade.

A fala a seguir parte de um representante do estado para a segurança pública, mesmo que a polícia militar esteja sempre presente nessas áreas periféricas, o delegado de polícia civil entende que ainda é pequena essa participação do estado.

---

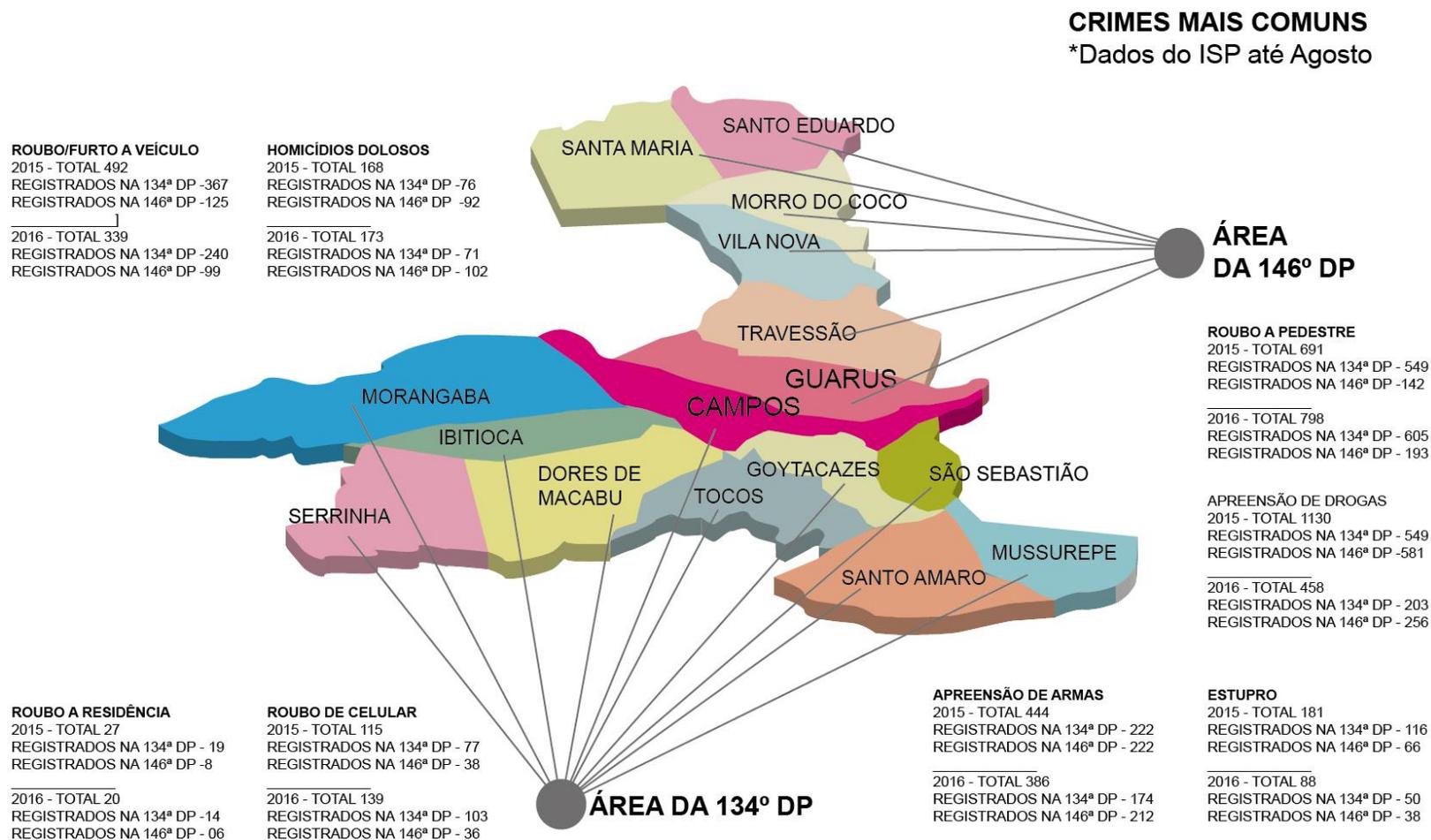
<sup>6</sup> Guarus é um distrito de Campos que compreende toda a área que se localiza na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul e é composto de diversos bairros.

<sup>7</sup> Sobre as representações campistas do distrito de Guarus e das avaliações morais relacionadas com *o habitar* neste “outro lado” do Rio, ver Assis (2016).

O único local em Campos onde o tráfico pode crescer bastante e que pode se tornar um quartel da criminalidade é Guarus. Vai chegar a um ponto que Guarus vai ser incontrolável. Ninguém está me ouvindo. Quanto mais ausente o Estado é, mais a criminalidade toma espaço. Quando aqui virar um nicho da criminalidade, um lugar fechado e com dificuldade de acesso... os bandidos daqui vão ficar “com fome” e eles vão lá (do lado do Centro). Quem vai assaltar lá é quem é daqui. Vai ser igual filme de zumbi. Vão ter que se fechar lá (GOMES, 2016, p. 1).

Os próprios representantes do Estado demandam mais efetivo policial, a representação dessa maior agressividade parece suscitar, para o delegado um aumento no uso da força pela polícia militar, seria uma crítica da polícia civil, a quem caberiam as ações de investigação e inteligência aos policiais militares.

Figura 3 – Mapa apresentando dados de segurança pública em Campos.



Fonte: Gomes, 2016.



O “outro lado”, o da margem esquerda do Rio Paraíba, corresponde ao início do distrito de Guarus, ampla área moral que era exclusivamente associada à “violência urbana” e ao “mundo do crime” por muitos moradores da cidade antes da execução do programa Morar Feliz. Tal programa tornou mais complexa estas fronteiras espaciais e morais pelo fato de que seus conjuntos habitacionais localizam-se em diferentes áreas da cidade, geralmente distantes do centro, mas em pontos opostos que não correspondiam necessariamente à lógica dos “dois lados” do rio Paraíba do Sul. Em suma, se os modos segundo os quais moradores de Campos problematizam os “dois lados” do Rio Paraíba apresentam uma dimensão da configuração da segregação urbana em Campos, não pode-se negligenciar as novas territorialidades geradas pelo programa Morar Feliz (AZEVEDO; TIMÓTEO; ARRUDA, 2013) por eles alterarem significativamente a morfologia desta cidade.

Além disso, o programa Morar Feliz em Campos teve uma forte incidência na redefinição das áreas morais tidas como violentas e nas novas formas de definir as favelas e estes “novos territórios” como “problemas da cidade”. Essas novas redefinições morais, analisadas nos trabalhos citados acima, são também incorporadas pelos agentes de segurança pública da cidade. Os agentes de segurança vêm à público explicitar suas opiniões sobre como devem ser solucionados problemas de segurança pública, hora tirando de si a responsabilidade e a transmitindo a outros setores do Estado, alegando problemas estruturais, hora colocam sobre o aumento de policiamento e possíveis ações mais contundentes a solução da questão na cidade.

Eldorado, Sapó e Sovaco da Cobra. Os três pontos são considerados os mais violentos e problemáticos de Guarus. De um lado, a violência dos criminosos. Do outro, os moradores que convivem diariamente com o medo. Segundo o delegado, o principal fator para a transformação destas áreas em reduto do crime foi a distribuição desordenada das casas populares. O problema são as casinhas. Isso é um fato. Eu não acho, eu tenho certeza. São pontos pobres e com a ausência de estrutura pública. As pessoas estão abandonadas e não há uma intervenção. Vocês acham que é só distribuir uma casinha ou dar uma migalha que vai resolver o problema? Não vai! Nesta região, a população tem medo e não tem apoio. Todo grande problema de criminalidade é a marginalização do local, é a ausência de poder público. Quando você abre o local para o movimento e a circulação das pessoas, a bandidagem tende a se esconder. Tem que botar alguém técnico para fazer a coisa andar e os poderes se unirem. Não é só a polícia que resolve”, desabafou o delegado Luis Armond” (GOMES, 2016, p. 1).

Os sentidos conferidos às favelas partiam das representações sobre territórios em geral correspondentes aos “aglomerados subnormais”, retomando os termos do IBGE. Paulatinamente, estes sentidos vêm se entremeando com as representações sobre os conjuntos habitacionais criados no quadro do programa Morar Feliz. Desta forma, se o censo do IBGE

(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010; SIQUEIRA, 2016) aponta para a existência de 27 favelas em Campos, “as casinhas de Rosinha”<sup>8</sup>, expressão comum para se referir a estes 18 conjuntos habitacionais, são outras áreas residenciais que aumentaram recentemente o número de “territórios da pobreza”.

Figura 5 – Conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes.



Fonte: Adaptação de Carvalho (2004) apud Siqueira (2014).

Após a mudança dos moradores (em muitos casos, removidos de favelas da cidade) em diferentes momentos do interstício 2009-2015, nestes conjuntos, uma série de boatos se espalham aos poucos pela cidade; crimes ocorreriam privilegiadamente nestas áreas (assaltos, estupros, assassinatos, comércio de drogas, expulsão de moradores, desovas etc.). Houve ainda casos de expulsão de moradores por traficantes e teve forte repercussão na imprensa local<sup>9</sup>. A circulação destes boatos vem também aumentando fortemente a sensação de insegurança dos moradores da cidade e reconfigura, desde 2009, o problema “violência” em Campos, como Rodrigues (2012) já apontava no ano em que defendeu sua monografia.

<sup>8</sup> Referente ao nome da prefeita em exercício durante a implementação do programa, Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira conhecida como Rosinha.

<sup>9</sup> Pode-se apreender a repercussão do caso da expulsão de uma família do conjunto habitacional do bairro Eldorado, que ocorreu no dia 22 de setembro de 2012, notadamente em matérias dos sites de informações da cidade de Campos dos Goytacazes: A matéria do site Ururau (particularmente consultado na cidade) “Família é expulsa da própria casa por traficantes no Eldorado” (URURAU, 2012) ou aquela do jornal Terceira Via: “Família é expulsa de casa por traficantes em Campos” (TERCEIRA VIA, 2016).

## 2.2 A “VIOLÊNCIA URBANA” NO DEBATE PÚBLICO

Pode-se ainda observar um novo movimento moral no que tange à tematização da “violência urbana” em Campos após a execução do projeto de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) na cidade do Rio de Janeiro, iniciada em 2009, ano que correspondia também ao início do Programa Morar Feliz. De 2011 a 2012, em sua etnografia dos cafés comunitários e do conselho comunitário de segurança pública, Rodrigues (2012) observou progressivas alterações nos modos de problematizar “a violência” em Campos e, em particular, um movimento que tendia a responsabilizar as UPPs pelo aumento da violência em Campos. Desta forma, estas formas de qualificar as UPPs como *grande responsável* do aumento da criminalidade em Campos ressignificava também “a violência urbana” a partir de “uma expansão do mundo do crime” (FELTRAN, 2011). Articulando as diferentes matérias já levantadas com o trabalho de Rodrigues (2012) e de Freire e Rodrigues (2012), uma avaliação coletiva passa a marcar o debate público: ele, “o mundo do crime” da cidade do Rio, teria assim chegado ao interior e estava “ocupando” os conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz.

Em sua análise sobre a circulação juvenil de moradores de periferias de Campos, Siqueira (2016) propôs um mapeamento dos territórios da cidade “controlados” por facções de narcotraficantes. A autora identifica uma fronteira simbólica entre dois outros lados da cidade, desta vez, dividida também geograficamente pelo Canal Rio Macaé (mais conhecido na cidade como “Beira Valão”). Os territórios nos quais as drogas são comercializadas de um lado da “Beira Valão” seriam “controlados” pela facção Amigos Dos Amigos (ADA) e, do outro, pelo Terceiro Comando Puro (TCP).

Segundo a autora, essa rivalidade iniciou-se nos anos 1990, período de importantes conflitos entre “gerentes” do tráfico de drogas das duas principais favelas da cidade: a favela Baleeira (“controlada” pela ADA) e a Tira Gosto (pelo TCP). Semelhantemente às análises de Farias (MACHADO DA SILVA, 2008), a autora observa também fortes restrições de circulação dos jovens moradores destas favelas na cidade quando estes temem frequentar um dos dois lados da “Beira Valão” e justificam seus medos pela presença de facções rivais. Uma matéria do Jornal Folha da Manhã, um dos mais antigos e de maior circulação na cidade, traz uma matéria sobre a violência nos conjuntos habitacionais do programa e os envolvimento relacionados as facções criminosas:

Violência cresce no Morar Feliz. A criação do Programa Habitacional Morar Feliz mudou o endereço e a vida de muitas famílias que viviam em áreas de risco e em vulnerabilidade social em Campos, mas, as recorrentes ocorrências de violência nos condomínios levam ao questionamento sobre a existência de análise social ampla e prévia, não somente das famílias contempladas, como dos locais para onde foram realocadas. Locais como Tapera, Ururáí, Ponta Grossa, além de diversos bairros de Guarus, receberam famílias de locais diferentes e, junto com elas, pessoas ligadas ao tráfico, em locais dominados por facções não correspondentes, levando um aumento no índice de violência em pontos onde, mesmo mais próximo do centro urbano do maior município do interior do Estado, ainda era imperativo o ritmo pacato de vida. Embora as Polícias Civil e Militar não admitam a ligação das facções criminosas Amigos Dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP) no município, em release enviado à imprensa sobre a Operação Senhor das Armas, que prendeu um policial militar, a promotoria do Ministério Público Estadual (MPRJ) citou o envolvimento do investigado em tráfico de armas para comunidades comandadas pela Tira Gosto e ligadas ao TCP (FOLHA 1, 2017).

Ao acompanhar a trama do problema “violência” desta cidade, observamos uma conexão progressiva entre modalidades de problematizar a segregação urbana da cidade (a partir de variadas divisões simbólicas e geográficas da cidade como apresentamos; a criminalidade violenta; uma política habitacional em um pano de fundo de recursos municipais marcados por repasses royalties (que contribuíram para uma representação de Campos como uma *cidade rica*); as UPPs na capital do estado. Os empilhamentos (no sentido de Araújo (2015) destes “pacotes interpretativos” (GUSFIELD, 1981) contribuíram para ressignificar paulatinamente a linguagem da “violência urbana” e um de seus importantes repertórios, “o bandido”, ocasionalmente visto como um fugitivo da metrópole. Apesar destes novos sentidos, observa-se que o aumento da letalidade em Campos resultante dos conflitos entre narcotraficantes, não se acompanhou de indignações quanto à suas vítimas ou em caso muito excepcionais, o que pode sugerir uma naturalização das consequências dos conflitos armados na cidade.

Problematizar a violência urbana como linguagem remete a um recorte socioantropológico fortemente marcado, no debate acadêmico do estado do Rio de Janeiro, pelas contribuições de Luiz Antonio Machado da Silva e de Michel Misse, bem como aos pesquisadores, em muitos casos formados por estes dois autores. Em ambos os casos, as problematizações da violência urbana como linguagem tem como objetivo o de escolher uma opção compreensiva que privilegia as representações sobre a violência urbana e como estas incidem nos ordenamentos sociais (da cidade do Rio de Janeiro, em particular). No entanto estas interpretações também apontam para duas modalidades compreensivas bastante diferenciadas. Misse (1999) retoma esta discussão a partir da articulação de um recorte histórico, de práticas e de representações em um processo de “acumulação social” da violência durante o qual se modelam formas de incriminação e de sujeição criminal.

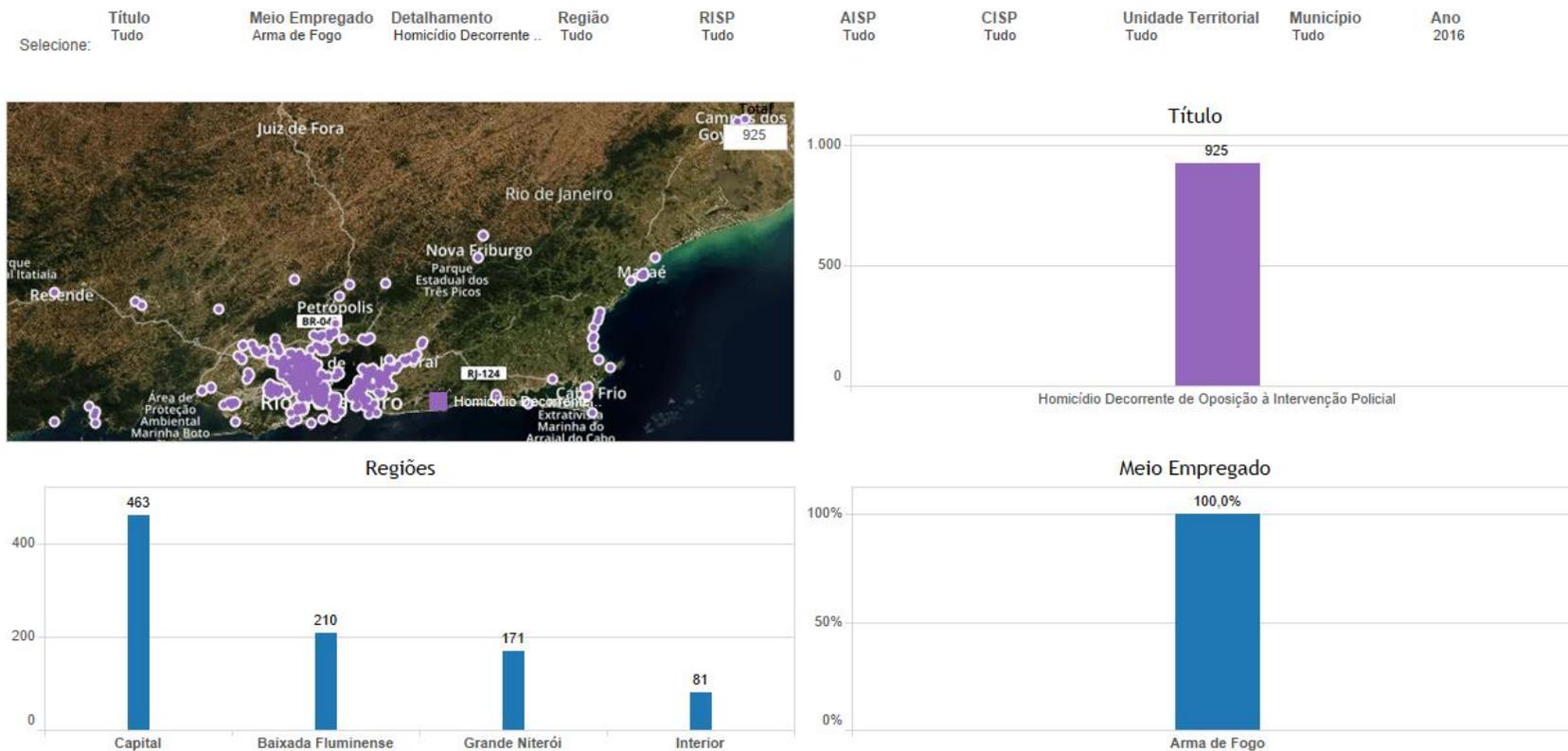
Machado da Silva (2010), por sua vez, identifica uma ruptura gerada pelo uso da força de traficantes de drogas em *territórios da pobreza* que configura uma sociabilidade violenta, a qual geraria uma intensa fragmentação. Haveria, para Silva, a coexistência de duas linguagens urbanas no Rio de Janeiro, a linguagem da violência urbana e a linguagem dos direitos:

Em resumo, a partir do reconhecimento de uma “sociabilidade violenta”, a linguagem dos direitos deixou de articular de maneira unívoca o conflito social (e os medos a ele associados), passando a competir com a linguagem da violência urbana, que tematiza os sentimentos difusos de insegurança que pesam sobre as expectativas de prosseguimento pacífico das rotinas diárias e geram a mentalidade de “segurança apesar dos outros”, no lugar da “segurança com os outros”, para usar as conhecidas expressões de Bauman (2001, 2000) na sua interpretação do ‘inimigo próximo’ (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 288).

Machado da Silva (2012) observa um “enclave de significado” que dissocia a linguagem dos direitos da ordem pública a partir do início do primeiro governo Brizola (1983-1986), período durante o qual classes médias passam a perceber os “direitos humanos” como forma de “proteção de bandidos”. No caso da cidade do Rio de Janeiro, estas percepções incidem sobre a natureza das intervenções policiais que deveriam, segundo estes segmentos, centralizar no controle de moradores de favelas, tidos como potenciais portadores da sociabilidade violenta. O “auto de resistência” (MISSE et al, 2013) torna-se então uma forma de legitimar a morte das pessoas faveladas identificadas socialmente como “bandidos”.

Em Campos os “autos de resistência” ou “Homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial” não estão presentes na mesma proporção da capital, são quase inexistentes no site do Instituto de Segurança Pública. Mortes perpetradas por policiais que não aparecem nas estatísticas, não necessariamente sejam inexistentes, porém é difícil mensurá-las. Na região do 8º BPM foram registrados 11 mortes deste tipo entre 2014 e 2016 enquanto na capital foram 1017 casos no mesmo período.

Figura 6 – Comparação de dados sobre “Homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial” no ano de 2016 no estado do Rio de Janeiro.



Fonte: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016.

Em relação ao grande número de mortes e uma falta de reivindicações públicas cobrando maior segurança (a não ser em caso de roubos e furtos, principalmente por moradores de áreas consideradas nobres na cidade), os moradores dos bairros mais afetados não se manifestam possivelmente pelo temor de retaliação (sociabilidade violenta). Observo também uma outra diferença em relação a capital, no Rio de Janeiro ocorrem com uma frequência maior e as manifestações podem ascender ao debate público quando, por exemplo, pessoas inocentes são mortas durante conflitos entre traficantes e policiais, crianças e jovens são mortos principalmente em favelas, o que gera diversos debates referentes a chamada “guerra ao tráfico” (LEITE, 2000) que justificaria tais baixas de inocentes, civis e policiais militares. Essas mortes são usadas como argumento para se questionar as formas de ação e estratégias de segurança adotadas por agentes do Estado.

Em Campos é ausente denominação “morte de inocentes”, também são quase inexistentes nas matérias analisadas e as mortes de policiais em serviço também são raras (entre 2015 e 2017 foram registradas duas mortes de policiais em serviço no interior do estado de acordo com dados do ISP). As mortes em áreas periféricas parecem ser automaticamente legitimadas pela totalidade da população e agentes de segurança pública, pois supõem-se que as mortes ocorrem em decorrência das leis e regras internas das facções. Os próprios familiares de vítimas entrevistados, em alguns momentos sugerem que os assassinatos ocorreram por envolvimento da vítima com o “mundo do crime”. Apesar dessas diferenças entre a capital e o interior, as mortes continuam seguindo o mesmo padrão nacional, são, segundo dados do INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2016), em sua maioria homens jovens e negros, moradores de territórios da pobreza os que mais morrem.

Em Campos, não podemos ignorar a falta de planejamento dos programas de habitação popular que não levaram em conta questões territoriais relacionadas ao conflito entre traficantes e também não se preocuparam com a mínima estrutura e urbanização dos conjuntos, impedindo o acesso a serviços públicos básicos e diminuindo fortemente a mobilidade urbana, trago essa discussão em meu trabalho de conclusão de curso de graduação, Soares (2014). O que proponho com essa observação é uma nova forma ou uma forma similar de legitimar mortes de pessoas em territórios da pobreza, se na cidade do Rio existem ações de recrudescimento das ações do Estado, permissões para uso da força desmedida inclusive com uso das forças armadas e a atual intervenção Federal militarizada no estado que foca principalmente áreas de favelas. Os agentes de segurança em Campos optam pela apatia em relação aos conflitos, mesmo com a alta taxa de letalidade.

### 2.3 OS JORNAIS E O DEBATE PÚBLICO CAMPISTA

Segundo o INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2016), o ano de 2016 teve o maior número de assassinatos acima da média de anos anteriores em Campos dos Goytacazes. Quase que diariamente os jornais online locais noticiam crimes violentos, voltei minha atenção aos assassinatos por arma de fogo. Não tive a pretensão de fazer um trabalho estatístico e nem de análise de discurso sobre esses crimes. Ao arquivar as matérias publicadas nos anos de 2016 e 2017 busquei elementos que embasassem a ideia de ausência de espaços públicos e de indignação referentes a essas mortes.

As matérias são geralmente pequenas, muitos similares entre si em todos os jornais com páginas virtuais, especialmente no jornal Terceira Via, Folha 1 e Notícia Urbana. As notícias apresentam primeiramente o nome e a idade da vítima, a causa da morte, a localidade e possível motivação (envolvimento da vítima com o narcotráfico é geralmente citado). Em alguns casos, as matérias apresentam o número de homicídios no mês e no ano e detalhes da investigação quando essa informação existe. Percebi que os crimes não são publicados com a mesma frequência nos jornais impressos como são nas versões digitais.

A notícias raramente trazem palavras como bárbaro ou chocante, poucas vezes humanizam as vítimas e elas são tratadas como algo corriqueiro. Em raros casos, como um de decapitação ocorrido em 2016 que foi associado aos conflitos entre traficantes ganharam espaço nos jornais televisivos e impressos na cidade. Tais formas de tematizar a violência na cidade denotam o descaso para com essas vítimas nesta cidade.

A descrição fria, quase objetiva, dos crimes descritos nas notícias e o pouco espaço na página e volume de texto podem ser indicativos da forma como jornalistas e os próprios Campistas entendem tais crimes. Chama a atenção a possível desumanização e legitimação dos crimes na própria matéria jornalística.

As estatísticas separam os números de assassinatos por suas delegacias responsáveis, 134ª DP e 146ª DP, essa última responsável pelos crimes no distrito de Guarus. Os números de homicídios são maiores em Guarus, mais o distrito também corresponde a uma área mais extensa e a uma das maiores populações em relação aos outros distritos da cidade. Apesar da diferença numérica (apresentada na figura 3 do “Mapa da Violência em Campos”) não ser muito grande entre essas duas áreas da cidade, Guarus é geralmente representada como área mais violenta, onde os “bandidos tem menos inibições” como disse em entrevista ao jornal

Terceira Via o comandante do 8º Batalhão de polícia. Nesta matéria o delegado da 146ª DP afirma:

Guarus precisa de mais atenção do poder público. Você vê aqui um campo fértil para a criminalidade, principalmente pelo abandono. Faltam boas escolas, saneamento básico, projetos de esporte e mais. Então, essas pessoas têm dificuldade de ascensão social e de cultura. Normalmente, nestes casos, o caráter não fica fortalecido para que a pessoa tenha as travas inibitórias que temos no nosso cotidiano”, garantiu. Ainda segundo Armond, a ascensão dessas pessoas é justamente na criminalidade. ‘Eles se destacam por serem criminosos, porque é o meio para eles terem dinheiro para usar drogas, sair com as garotas e por aí vai’, completou (GOMES, 2016, p. 1).

Em sete de junho de 2017, o jornal online O Globo, publicou uma matéria especial de três páginas intitulada: *Eldorados do estado não brilham mais. Desemprego e violência assolam cidades que tiveram anos de prosperidade no Rio*. Essa matéria trata do período de crise financeira que atingiu algumas cidades do estado do Rio em meados de 2015, após um período de muita prosperidade econômica e grande arrecadação de *royalties*. Fernando Gabeira apresenta em junho de 2017, uma reportagem ao canal televisivo G1 onde apresenta Campos como uma cidade proporcionalmente mais violenta que a do Rio de Janeiro, não apresenta fontes estatísticas dos dados apresentados, porém analisa questões relacionadas aos conjuntos habitacionais precários, falta de acesso da população aos serviços públicos, falta de empregos e a crise do petróleo como possíveis causas dos altos índices de criminalidade. A reportagem coloca em pauta nacional os índices de violência da cidade. Tal repercussão associada as matérias jornalísticas locais pode indicar uma tentativa de construção do problema público relacionado ao alto nível de letalidade em Campos.

O jornal apresenta questões relacionadas a diminuição desta arrecadação e de empresas e investimentos industriais frustrados em três cidades, a cidade de Itaboraí, Campos dos Goytacazes e São João da Barra. As cidades de Itaboraí e São João da Barra são mencionadas devido aos megaempreendimentos industriais que não cumpriram com as expectativas e não trouxeram a prosperidade e empregos que eram esperados, são eles respectivamente, o Complexo Petroquímico do Rio (COMPERJ) e o Porto do Açu, já a cidade de Campos é apresentada da seguinte forma: “Campos, onde matar é comum”

A matéria afirma que a cidade está entre as 50 mais violentas do mundo e também, a exemplo dos jornais locais. O subdistrito de Guarus aparece como foco de maior incidência de crimes violentos. O jornal associa o aumento dos índices de violência diretamente aos problemas financeiros enfrentados nesta cidade, principalmente à queda na arrecadação de *royalties*, que caíram de R\$ 631,8 milhões, em 2012, para R\$ 299,8 milhões, em 2016, além

do aumento de desemprego. Os dados obtidos pelo jornal para tal afirmação são da ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal.

Além do discurso da crise que muitas vezes também é mobilizado pelo poder público local para justificar as mazelas da cidade, o jornal também usa “a metáfora de guerra” (LEITE, 2000) e o medo para descrever os crimes violentos. Para finalizar o quadro sobre Campos, em entrevista para essa matéria, o Segundo delegado Luís Maurício Armond, titular da 146ª DP, em Guarus, justifica e associa a maioria das mortes como decorrência da disputa entre facções rivais de narcotraficantes, a qual também classifica como “guerra” e cita a criação do programa Morar Feliz como marco dessas disputas por territórios do tráfico.

Ao final de sua entrevista o delegado citado expõe também outros fatores sócio econômicos, como a falta de programas sociais e de trabalho que inviabilizam uma maior repressão policial e as heranças históricas da cidade e denuncia a questão racial que permeiam os crimes.

De acordo com o comandante do 8º Batalhão de Polícia Militar de Campos (BPM), tenente-coronel Marco Aurélio Pires Louzada, responsável pela corporação desde janeiro, vários fatores influenciam o aumento ou a diminuição da violência, que independem da atuação da PM. “A violência é uma questão muito complexa, são várias questões interligadas. O importante é dizer o seguinte: quando a gente fala de Segurança Pública, existe um processo com alguns estágios até se chegar à atuação da polícia. Quando chega à fase da atuação da polícia, é porque os estágios anteriores falharam. E quais seriam estes estágios? É o pai de família ter onde trabalhar, a criança ter escola para estudar, a família ter moradia digna. Isso tudo influencia na segurança pública”, comentou (GOMES, 2016, p. 1).

O comandante de polícia tira momentaneamente de sua corporação a responsabilidade pela segurança, de forma coerente ele associa os índices de criminalidade aos aspectos estruturais que uma sociedade precisaria ter para diminuir a violência. Os jornais locais noticiam mortes violentas quase diariamente segundo acompanhamento feito para essa pesquisa deste janeiro de 2016, as notícias costumam ter um padrão e diferem pouco entre os jornais de maior circulação, os jornais menores e que tem versões exclusivamente virtuais, costumam apelar um pouco mais para o sensacionalismo inclusive colocando imagens sem censura dos corpos das pessoas assassinadas ou apenas parcialmente censuradas.

Freire e Teixeira (2016), analisando o contexto carioca, observam que este período marca o início da formação

De uma arena composta por alguns segmentos de classes médias, policiais, gestores, artistas (em particular, diretores cinematográficos e de filmes e documentários de grande repercussão<sup>10</sup>) a partir da ordenação dos atores que seriam mais ou menos dignos de serem considerados a partir do repertório dos direitos humanos, mobilizando recorrentemente a metáfora da guerra (LEITE, 2000). Forma-se, aproximadamente desde a década de 1980, uma arena pública que vem se ampliando para justificar o recurso à força policial letal contra moradores de favela, aprovada e avaliada como adequada por ela, para a resolução do problema público *insegurança*, sustentada na gramática da “violência urbana” (FREIRE; TEIXEIRA, 2016, p. 65).

Os autores ainda acrescentam que este período indica “uma conversão”, retomando uma proposta de Gusfield (1981) para a compreensão do caso em análise, do problema social da violência, até então difuso, para o problema público da insegurança na cidade. Além disso, tal *problema público* altera paulatina e crescentemente as qualificações sobre os moradores de favelas do Rio de Janeiro “nas bordas da humanidade” (GUSFIELD, 1981), o que implica também em uma série de reações destes atores de requalificação que Machado da Silva e outros pesquisadores do CEVIS problematizaram a partir da ideia de “limpeza simbólica” (MACHADO DA SILVA, 2008). Os autores analisam então as requalificações de certos atores cujo estado de humano encontra-se questionado no caso da cidade do Rio de Janeiro.

Em Campos, observa-se uma apatia em relação a letalidade dos conflitos entre narcotraficantes, essas numerosas mortes não repercutem ou suscitam clamor público por intervenções mais duras por parte de agentes públicos em territórios considerados violentos. As áreas onde estatisticamente ocorrem mais mortes são os bairros do distrito de Guarus, chamados de Sapo I e Sapo II. O que se nota analisando matérias jornalísticas e as próprias operações policiais divulgadas pelo 8º Batalhão de Polícia são focadas no aumento de policiamento em áreas centrais. Um suposto chefe do tráfico foi preso recentemente, ao que o comandante do 8º batalhão anunciou em entrevistas que essa ação diminuiria o número de mortes nos bairros mencionados.

Diferente da cidade do Rio de Janeiro onde ações arbitrárias da polícia em territórios considerados como foco de violência, são vistas como possível solução do fim da violência que afeta outros bairros não periféricos, em Campos as mortes nos bairros dos distritos de Guarus não são o foco principal da atuação policial. Segundo o delegado da 134 DP seria a inibição do comércio de drogas e aumento do policiamento em regiões centrais para inibir furtos e roubos. As numerosas mortes são associadas a conflitos entre os próprios “bandidos” e são ignoradas ou legitimadas pelos demais moradores da cidade. Além das legitimações, a

---

<sup>10</sup> Aludimos a uma série de produções cinematográficas como, por exemplo, o documentário *Notícia de uma guerra particular* (1999), de João Moreira Salles e Kátia Lund, ou, mais recentemente, filmes como *Tropa de Elite* (2007), dirigido por José Padilha.

própria sociabilidade violenta poderia ser entendida como fator da não denúncia por moradores dos bairros citados e dos próprios familiares de vítimas. A forma como essas mortes são noticiadas podem indicar o desprezo por essas vidas e a justificativa da morte como consequência do envolvimento com o mundo do crime ao ponto de muitos inquéritos não serem concluídos como relatam familiares de vítimas entrevistados.

Pode-se ainda destacar que vários autores como Birman (2004), Araújo (2012) e Vianna e Farias (2011), quando analisam experiências de familiares de vítimas, tecem uma interlocução direta ou indiretamente com os modos, segundos os quais, Machado da Silva problematiza a linguagem da violência urbana contígua à sociabilidade violenta.

Em outros trabalhos (que dialogam com a linguagem da violência urbana e com a questão das experiências de familiares de vítimas em contextos brasileiros, ou outros, latino-americanos - e me fundamentando nos trabalhos supracitados bem como aqueles referentes ao tema dos familiares de vítimas em outros contextos latinos americanos como o de Catela (2001) procurei retomar a partir de um contexto interiorano e não metropolitano na qual a questão da “violência urbana” não se problematiza a partir da violência policial, mas exclusivamente dos “confrontos do tráfico”.

No caso campista em análise, dialogando com este trabalho, pode-se refletir também em momentos em que o que é analisado pelos atores que problematizam “a violência” e suas consequências no que tange às mortes fortemente tematizadas, no debate público local, a partir de conflitos restritos aos conflitos endógenos de narcotraficantes. Porém, diferentemente do que sobressai do trabalho desta autora, confundem-se inúmeras problematizações “da violência”, sejam elas definidas em um plano institucional ou em um plano de relações de vizinhança. Como se houvesse um contágio da diferentes formas de problematizar a “violência” nas entrevistas exploratórias que fizemos, a “violência urbana” não é descartada de um plano de problematização das violência enquadradas em um plano de relações de vizinhança, como é o caso dos conflitos entre narcotraficantes (conflitos, portanto, no interstício do convívio entre moradores de um dado bairro – todos “conhecem os traficantes” e dos modos de problematizar a “violência urbana na cidade”. Assim, acabam se combinando planos de tematização da “violência” e torna-se árduo separar níveis supra institucional e níveis institucionalizados (como os, mas considerando o contexto campista que se refere à “violência urbana” a partir de conflitos que, a princípio, não envolvem violências policiais, mas sempre são interpenetrados pelo problema dos milicianos, atores que podem recorrer à força supra institucionalmente mas continuam sendo identificados a certas instituições: guardas municipais e policiais, como recentes escândalos na cidade apontaram,

recorreram ao uso de força letal fora do tempo de exercício profissional – nisso, as fronteiras entre a força institucional e não institucional se embarçaram. Mesmo se tratando de conflitos relacionados às atividades do tráfico, pelo fato de que o personagem do traficante ser um protagonista chave do problema “violência urbana” no debate público, além de ser também tido como “vizinho”, parece-nos que no caso em análise, é particularmente árduo seguir uma sugestão de separação de planos de violência de vizinhança com plano de violência institucional pelo fato de que, no plano da crítica do debate público e dos atores com os quais tecemos conversas, aparecem muito entremeados.

Portanto, em Campos, de acordo com o que aparece de forma recorrente em matérias jornalísticas que apresentarei no capítulo três, as mortes na cidade são em sua maioria consequências de conflitos internos entre facções de narcotraficantes, e as mortes em decorrência da atuação do Estado por meio da força policial não aparecem, pelo menos não de forma evidente. Essas particularidades incidem na forma como familiares de vítimas podem ou não recorrer aos meios formais de justiça e a sensação de insegurança que apresentam nas entrevistas (conversas) que serão apresentadas no capítulo dois.

### 3 AS VOZES DE FAMILIARES DE VÍTIMAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Neste capítulo, analiso as experiências de mães cujas causas das mortes de seus filhos são enquadradas nas formas de problematizar “a violência urbana” na cidade de Campos dos Goytacazes e mais amplamente no estado do Rio de Janeiro. Procuo, em particular, apresentar as trajetórias de minhas interlocutoras, bem como descrever e interpretar alguns dos ciclos que constituem as carreiras de familiares de vítimas de “violência urbana

#### 3.1 MORTES VIOLENTAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Catela (2001) faz uma análise das mortes ocorridas no período ditatorial argentino, entre 1976 e 1983. Para esta autora, tais mortes colocaram familiares e demais membros da sociedade, envolvidos em formações de arenas públicas e processos legais no intuito de denunciar e trazer à tona o que ela apresenta como “terrorismo de Estado”. A categoria usada por familiares de vítimas, neste contexto, é uma forma de expressar o sentimento de injustiça e denunciar claramente o responsável pelas mortes.

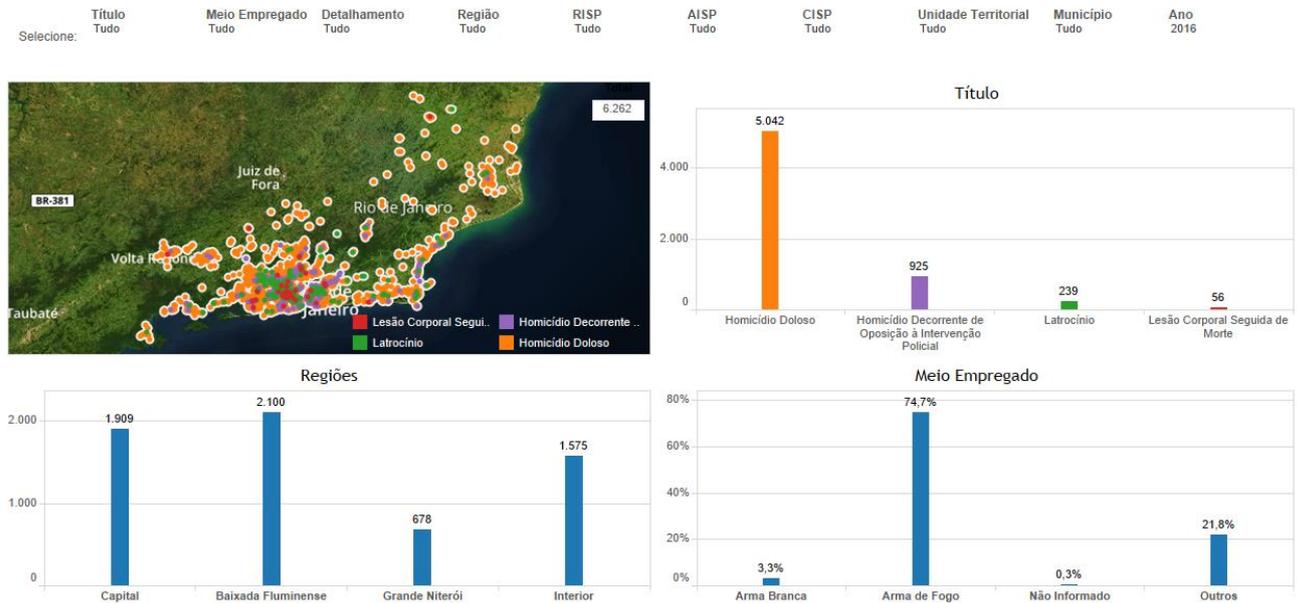
Catela (2001) defende que os horrores provocados pelo regime militar na Argentina e em outros países da América Latina como Brasil, envolveram o conjunto social na busca pela verdade. Os movimentos sociais de familiares de desaparecidos têm papel de destaque neste tipo de militância. As memórias e as dores dos familiares apresentados são relatos ainda sofridos e que influenciam, segundo Catela (2001), o passado e o presente desses atores, são lembranças e reconstruções de memórias de dor. A forma como se dão os processos de investigação dessas famílias pode ser compreendido por meio dos movimentos sociais dos quais participam.

Em relação à crescente letalidade decorrentes de violências institucionais e/ou de conflitos urbanos no Brasil pós-constituente, mais ainda se consideramos que os números de mortes violentas no Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Campos dos Goytacazes, são proporcionais aos números de conflitos armados em outras partes do mundo.

O Brasil teve, no ano passado, o maior número de mortes violentas do mundo. Foram 70,2 mil mortos, o que equivale a mais de 12% do total de registros em todo o planeta. O alerta faz parte de um novo informe, publicado nesta quinta-feira, pela entidade Small Arms Survey, considerada como referência mundial para a questão de violência armada. Em termos absolutos, a entidade aponta que a situação no Brasil supera a violência na Índia, Síria, Nigéria e Venezuela (O DIA, 2017).

Abaixo os dados do ISP relacionados a letalidade violenta em 2016.

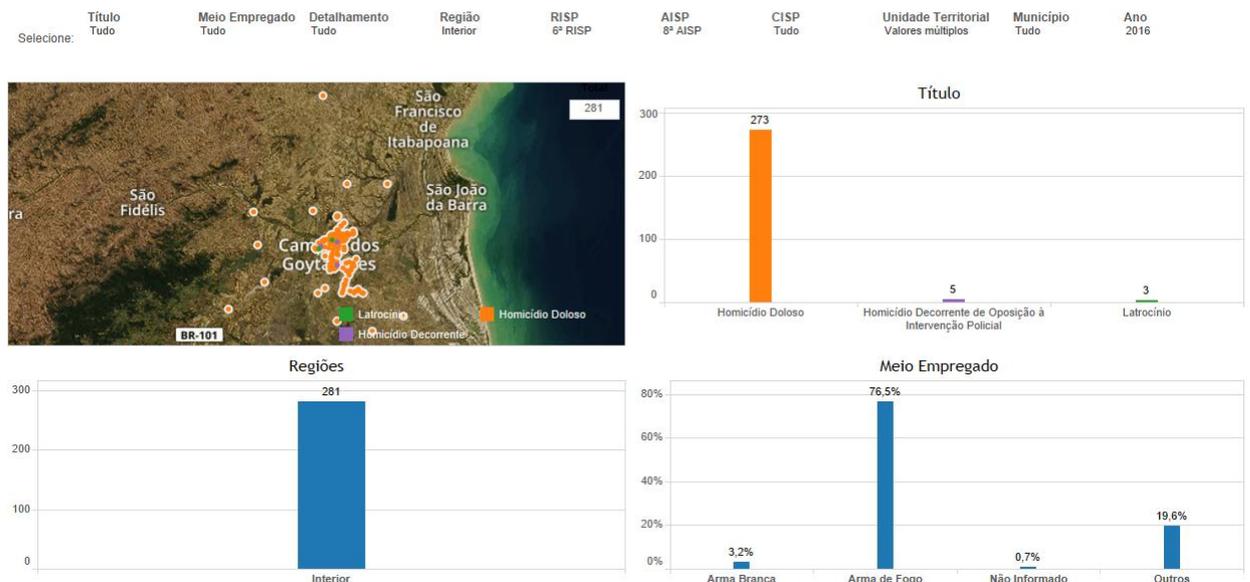
Figura 7 – Homicídios por tipo em 2016 no estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Instituto de Segurança Pública, 2016.

São mais de cinco mil mortes em um ano, apenas no estado do Rio de Janeiro, em uma época de paz em um país dito democrático. Abaixo dados sobre Campos.

Figura 8 – Homicídios por tipo em 2016 na cidade de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Instituto de Segurança Pública, 2016.

Quando um algoz é facilmente identificado e seus crimes tomados como injustos, parece-me que a situação está um pouco mais favorável aos processos de investigação dos atores envolvidos e as arenas públicas se formam a partir desses processos. Em Campos observei que existe uma dificuldade de tratar as mortes de conflitos violentos relacionados, em geral, ao narcotráfico a partir da categoria de “vítimas”. Na cidade de Rio a “metáfora de guerra” (LEITE, 2001) frequentemente legitima a alta letalidade decorrente da violência policial. Desta forma, seja no Rio ou em Campos, vítimas de conflitos relacionados com “a violência urbana” e “bandidos” são categorias frequentemente equivalentes no debate público de modo que suas mortes são entendidas como consequências da “guerra contra as drogas”. Essa criminalização da vítima certamente contribui, em Campos, para a inexistência de arenas públicas e tomadas de voz de familiares, o que torna mais árduo ainda a vocalização de seus familiares e, antes, os modos de elaborar seus lutos.

Lelê (entrevistada): Acionei a polícia, fiz tudo, pediram foto dele, mas nunca fizeram nada entedeu. Como fez agora, fez 15 anos, 15 anos e tem 10 anos agora que ele o juiz mandou tirar a certidão de óbito, porque com 10 anos dá como morto né, mas até hoje nada.

Em Campos, contexto interiorano e não metropolitano, a questão da “violência urbana” não se problematiza a partir da violência policial, mas exclusivamente pelos “confrontos do tráfico”. Observei, ao longo de minha pesquisa de campo, a natureza das investigações de familiares em Campos (em contraste com os trabalhos focados na capital do estado) e as experiências públicas de familiares de vítimas assassinadas por traficante de drogas e por policiais em escalas variáveis.

Bermudez (2015b) propôs uma etnografia de mortes não denunciadas em contexto de “violência”, na Argentina, e analisa casos de familiares *não* mobilizados em torno da causa da busca de justiça “contra o Estado”. Neste caso, a autora apresenta modalidades de mortes cujas reações dos familiares teriam significados diferenciados se forem comparados à pauta da “violência urbana” ou de violência institucional as quais, segundo ela, pressuporia denúncias em um plano institucional – estatal enquanto aquelas por ela estudadas não seriam necessariamente denunciáveis. Porém, ao explorar densamente outros recursos de familiares de vítimas neste caso, a autora procura demonstrar que a problematização da violência em um plano que não seja aquele voltado para a crítica contra o estado não caracterizaria, no entanto, uma inação dos seus protagonistas e sua etnografia apresenta inúmeras outras possibilidades de problematizar a morte em contexto de “violência”.

### 3.2 A PESQUISA DE CAMPO, OS CONTATOS COM AS MÃES E APRESENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE MINHAS INTERLOCUTORAS

Partindo da técnica de relatos de vida (HANNERZ, 1989; THOMAS E ZNANIECKI, 2004), propõe-se retomar as trajetórias singulares de familiares para buscar apreender as possíveis correlações entre as situações, os diferentes laços, temporalidades avaliadas *a posteriori* e as explicitações das problematizações dos atores rotineiramente vivenciados. O relato de vida é, neste caso, entremeado com a observação *in situ* e, ainda em função dos assuntos sensíveis que são abordados, evitei ao máximo problematizá-los como “entrevistas”, preferindo recorrer ao termo “conversas” e me coloquei no lugar de uma “conversadora”. Desta forma, os relatos de vida são como situações de *conversas* realizadas, com os atores, enquadradas a partir da trajetória de vida do familiar, da família e de sua trajetória residencial. No entanto, neste caso, esta situação de conversa realizou-se em uma interação de face-a-face com um ou vários membros da família e comigo (FREIRE; SOARES, 2013).

Procurei estimular os atores em narrar suas trajetórias individuais, do bairro e do conjunto habitacional, as rupturas geradas pela perda do familiar no que tange às suas sociabilidades e circulação na cidade, bem como suas consequências na história familiar. Ainda procurei compreender como os pais e os familiares reorganizaram suas vidas e rotinas a partir do evento crítico (ARAÚJO, 2007; 2015) e os sentidos de justiça que marcam os diferentes momentos que seguem as perdas como meio de captar os ciclos de seus processos de investigação. Desta forma, apresentando a entrevista como uma conversa, procurei apreender como estes moradores exploraram e investigaram o que provocou a morte do ente querido.

O tema tornou muito difícil a entrada no campo, porém resolvi integrar esta questão na minha análise. Alguns informantes mantinham uma relação de confiança e proximidade de longa data comigo, no entanto minhas interlocutoras apresentavam grande dificuldade de falar sobre o assunto. Para este trabalho eu conversei com quatro mães de vítimas de assassinato, Maria, Lelê, Joana e Márcia. Foram várias tentativas e recusas para que a conversa ocorresse.

Lelê e Joana me conhecem desde a infância e eu conhecia seus filhos. Pedro, filho de Joana, frequentava minha casa e era o melhor amigo do meu irmão durante a infância e adolescência, mesmo assim, com medo, Joana me pediu para que não gravasse a conversa. Lelê aceitou conversar depois de alguma insistência. Maria foi indicada por uma Assistente Social com a qual conversamos sobre o programa Morar Feliz. Essa profissional mantinha

uma relação de forte confiança com dona Maria. Márcia foi indicada por um amigo e eu não a conhecia. Dessas interlocutoras apenas dona Maria é uma mulher negra, acredito que essa informação seja relevante pois a maioria dos casos de morte em Campos, são de jovens homens negros e pardos como aponta o INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2016). Não é minha intenção aprofundar nas questões sobre etnicidade e violência, me ateno a uma comparação entre a forma como as mães brancas acessaram de alguma forma a polícia e a mãe negra não. Não é uma análise estatística, porém tal fato me chamou a atenção.

Após ter descrito estas dificuldades, também explico minhas opções quanto às formas de analisar e apresentar as autoras dos relatos que serão analisados, quando me refiro às minhas interlocutoras neste trabalho, tive muito cuidado em não as identificar. Para preservar o anonimato e os termos do que foi decidido com os protagonistas do meu trabalho de campo, alterei nomes, datas e determinados lugares. Em alguns momentos, também alterei sensivelmente certos fatos que me pareceram envolver situações, que também ofenderiam este acordo. Não creio que estes cuidados, derivados de exigências éticas, tenham afetados a fidedignidade da descrição apresentada.

Acredito ser relevante informar que residi em bairros populares durante alguns anos, próximo a favelas que não nomeio para preservar o anonimato de meus interlocutores. Neste período, perdi vários amigos. Foi ainda por meio destes bairros que resolvi retomar contatos com antigos vizinhos e conhecidos em busca de interlocutores que poderiam me apresentar suas experiências. Os assassinatos de conhecidos meus ocorreram entre os anos 2000 e 2008 aproximadamente. Lembro que quando Marcos, o filho de Lelê, desapareceu, todos em casa ficamos muito abatidos e ouvi várias versões de como ele teria sido morto. Algo que ficou bem marcado em minha memória.

Nos relatos que ouvi, exclusivamente com mães brancas, pude observar o peso da questão racial no tocante as formas de problematizar suas perdas e, em um caso, da busca em denunciar publicamente o assassinato do filho, o que contrastava com descobertas de duas outras pesquisadoras, Thayna de Araújo Carvalho e Carolina Nascimento de Melo, que participam da pesquisa coordenada por Jussara Freire, ainda em andamento. No grupo de pesquisa CEP28 apresentado anteriormente, outras alunas também orientadas por Jussara Freire atuam nesta pesquisa sobre familiares de vítimas em Campos, mas priorizando um recorte racial e procurando compreender como as ameaças e perdas de filhos relacionadas com a “violência urbana” representam uma dimensão central e uma constante da experiência de *maternidade negra*.

Nos casos que analisei, observei que as minhas interlocutoras, todas mães brancas de filhos brancos exceto em um caso, acionavam e pleiteavam sistematicamente autoridades policiais, mesmo que não pudessem dar continuidade a processos de investigação criminal, segundo elas, por medo de represálias. No entanto, fizeram um boletim de ocorrência e acompanharam a investigação de perto, diferentemente do que ocorreu com a interlocutora, que era mãe negra. Desta forma, mesmo que o número de relatos reunidos não permita uma generalização, observei durante este campo, claras diferenças de busca e acesso à justiça seguindo um critério racial.

Conversei com quatro mães que perderam seus filhos em decorrência de violência urbana. Lelê, uma mulher branca de aproximadamente 55 anos, perdeu dois filhos: sua caçula morreu com quatro anos em um acidente automobilístico e seu filho mais velho, Marcos, foi assassinado em uma favela próxima a sua casa há 15 anos. Lelê descobriu a morte de seu filho Marcos por meio de uma vizinha que lhe recomendou não denunciar ou sequer buscar o corpo de seu filho.

Joana, também mulher branca, veio de outro estado e mora em Campos desde que Pedro tinha 8 anos, ficou viúva alguns anos depois. Pedro foi assassinado, atingido por nove tiros, em um bar próximo de onde morava e em pleno dia há aproximadamente 8 anos. Joana não estava na cidade quando seu filho foi assassinado e soube depois que a morte de seu filho era decorrente de “desavenças” que Pedro teria tido com um traficante naquele dia.

Maria, moradora de um dos conjuntos habitacionais do Morar Feliz, perdeu quatro filhos. O mais velho assassinado no que ela conta ter sido um crime passional, uma menina de dezesseis anos que sofria de problemas cardíacos pouco tempo após a morte de seu irmão Felipe de dezoito anos. Maria associa a morte da filha à tristeza de ter perdido os irmãos. Os outros dois filhos foram assassinados por traficantes em conflitos relacionados com consumo e venda de drogas há 3 anos. Maria ainda tem dois filhos presos por tráfico de drogas.

Márcia, moradora de um bairro tido como violento na cidade e distante do centro, perdeu seu filho Heitor de dezesseis anos, assassinado como queima de arquivo por saber sobre a autoria de um assassinato em 2010. No dia em que seu filho foi executado, Márcia procurava Heitor desde a véspera de seu desaparecimento. Seu filho não havia dormido em casa. Quando recebeu a terrível notícia da perda de seu filho no dia seguinte, por telefone, Márcia descreveu-me o quão “passou mal” e como caiu na rua quando soube de sua morte.

O caso foi imediatamente noticiado na imprensa local e Márcia, em meio a esta perda insuportável e inefável, ainda teve que “dar entrevistas” para jornais locais e recusar que os jornalistas fotografassem o corpo do filho. No dia seguinte, Márcia tentou se suicidar após o

sepultamento de seu filho. Durante nossa conversa, oito anos após a morte de Heitor, a carga emotiva relacionada com a perda do filho parecia idêntica em relação ao momento em que ela descreveu a descoberta da morte do filho ao passo que eu, enquanto analista, eu própria não conseguia segurar minhas lágrimas.

### 3.3 PONTOS COMUNS DAS EXPERIÊNCIAS DAS MÃES

Em todas as conversas analisadas, já havia transcorrido algum tempo após a morte dos quatro filhos e todas apresentaram relações de familiaridade, de vizinhança e, portanto, de proximidade de seus filhos com os assassinos. Todas alegam conhecê-los e relatam as relações de amizade e coleguismo entre seus filhos e aqueles que os mataram. Dona Márcia afirma conhecer os assassinos desde a infância e após perder o filho confrontou a mãe de um deles, moradora do mesmo bairro. Observei ainda outro ponto em comum entre três das quatro mães, passaram a cuidar de seus netos após as mortes dos filhos. Algumas vezes, algumas comentaram que alguns netos começavam a se aproximar de narcotraficantes e descreviam esta experiência apresentando um grande temor que se reproduzisse este tipo de perda.

Durante a conversa com Maria, fiquei um pouco confusa, pois ela falava dos vários filhos que perdeu, eu ficava tentando entender de qual caso ela falava e ao perceber isso, ela pega uma fotomontagem com os rostos de seus filhos que morreram.

Maria: Envolvimento em drogas não, ele não era envolvido não. Só esse aqui que era envolvido, esse e esse. [*Maria mostra a foto*]

Viviany: Esse aqui era o mais velho e esse aqui um pouco mais novo. [*Maria mostra fotos*]

Maria: Esse [filho] é mais novo que esse [filho] aqui, mas ele é por parte de pai, morreu também envolvido com drogas, esse também envolvido de drogas. Esse [o filho mais velho] aqui não e ela [nome da filha] também não [*morreram envolvidos com drogas*]. Só esses dois [filhos] aqui [*não tem nenhuma aproximação com o narcotráfico*].

Quando analisa o recurso de fotos em contexto da ditadura argentina, Catela (2012) problematiza os impactos dos usos destas imagens nos ambientes domésticos dos familiares, nos processos legais e nos museus dedicados às vítimas. Quando Maria e Márcia recorreram às fotografias nas conversas, aquelas de seus filhos falecidos, observei bastante semelhanças

em relação às contribuições desta autora. Maria fez uma montagem com os quatro rostos dos filhos e Márcia me apresenta seu filho Heitor em uma foto, gravada no seu telefone celular. Em ambos os casos, a forma como apresentam e descrevem seus filhos tem proximidade com o que Catela (2012) observou em contexto argentino.

A imagem serve como suporte para a recordação, quando esse momento foi vivido por quem observa a fotografia, e como veículo de memória, quando se reconstrói a partir do presente de identidades comunitárias ou étnicas, em que participam tanto aqueles que viveram essa experiência como os que não a viveram. A fotografia pode atuar, assim, como uma “testemunha”. Não há memória sem imagens ou, como diz Huyssen, não há conhecimento sem a possibilidade de ver, mesmo quando as imagens não podem proporcionar um conhecimento total do ocorrido. Os retratos fotográficos de jovens assassinados e desaparecidos durante a ditadura argentina constituem uma das formas mais usadas para recordá-los, representá-los, vivificá-los. A partir dessas imagens, enfrenta-se simbolicamente a categoria coletiva de “desaparecido”, “assassinado” ou simplesmente “morto” (a qual engloba todas as individualidades sem distinção de sexo, idade, temperamento, trajetória) e se pode mostrar uma existência individual, uma biografia. Essas fotos devolvem uma noção de pessoa, aquela que, em nossas sociedades, condensa os traços mais essenciais: um nome, um rosto, um corpo (CATELA, 2012, p. 113).

Outro ponto em comum nas conversas que tive com as mães foi a tentativa delas entrarem em contato com os filhos em registros místicos ou em sonhos. Lelê, em particular, por não ter podido enterrar o filho, compartilhou que continua com o desejo de saber o que aconteceu com ele. E ela gostaria de ter uma conclusão de sua perda com o sepultamento do filho.

Lelê: É meu caso foi bem assim, sabe, porque meu filho eu não enterrei ele né, ele foi assassinado e até hoje eu não achei o corpo dele.

Jussara: Não achou?

Lelê: Não, sumiram com ele. Ele tinha envolvimento com drogas, ele era todo enrolado, todo cheio de enrolo. Aí... quando ele começou a vida dele nas drogas com 14 anos né, aí ele saiu, só foi passando a data, passando, passando, passando e quando ele ficou maior (de idade) ele foi preso pela 1ª vez, foi preso a 2ª, foi preso a 3ª, foi preso a 4ª. Quando ele saiu, ele deu um tempinho, ele foi assassinado aqui na esquina, minto, ele foi baleado aqui na esquina daqui de casa, mas nesse dia não conseguiram matar ele, levou tiro e tal, foi para o hospital, aí foi 6 meses depois, eu acho, fizeram isso com ele, ele estava chegando em casa. Dizendo que ele estava chegando a casa, mas eu não sei, porque eu não vi, ele saiu para ir a uma festa, falou que ia a uma festa e até hoje não voltou. O que eu soube é que ele foi assassinado, mataram ele e sumiram com o corpo dele e não era nem pra eu ir à polícia, mas eu fui e dei parte do sumiço dele. Eu não podia chegar lá na delegacia e dizer que ele estava morto, não tinha corpo.

(...)

Lelê: Eu sei que foi isso. Olha, eu estou falando baixo porque eu estou com medo do filho dele ouvir. Falaram comigo até como mataram ele na época. Dizem que prenderam ele, levaram ele para dentro de um barraco, deram uma facada nele, aí

caiu e deram um tiro, contaram “tudinho”. Uma pessoa dali de dentro (da favela) que me contou entendeu, mais muito tempo depois, já tinha passado um bom tempo, mas eu não sei se colocaram ele no cemitério ou se jogaram no rio, eu só sei que eu não achei o corpo dele (.....). É muito triste.

Como trata-se do tema das perdas de familiares em situação de violência urbana, apresento a análise de Marc Breviglieri (2017) onde expõe as dificuldades de tomada de voz em espaços públicos em situações em que se apresentam experiências insuportáveis e/ou ameaças ou impossibilidade da própria possibilidade de se apresentar em público. Para Breviglieri (2017), ao contrário do que afirma a sociologia pragmatista clássica, em situações extremas, a capacidade de agir de atores sociais torna-se limitada. São situações limites ou delicadas nas quais os atores sociais não conseguem desenvolver suas capacidades críticas ou a “busca por reconhecimento”. Neste artigo, ele apresenta uma crítica aos autores de inspiração pragmatista, mesmo que seja seu próprio recorte analítico:

A sociologia qualitativa de inspiração pragmatista realça os fundamentos da dignidade da pessoa a partir de uma pesquisa metódica sobre as múltiplas formas de capacidades práticas acionadas no plano da *ação significativa* (a palavra articulada sendo, inclusive, uma de suas figuras essenciais). Parece que esta sociologia encontra no indivíduo, independentemente de onde vem ou de quem é, um sentido preservado da reciprocidade, das competências em dar o troco, em consertar, ordenar e equilibrar situações delicadas. Sob este ângulo, “a experiência consiste para o indivíduo em se aproveitar o quanto pode de suas potencialidades” (CEFAÏ; JOSEPH, 2002, p. 102).

Ela tem uma notável contribuição no que se refere à relação problemática e/ou polemológica com o mundo, particularmente destacada por esta sociologia que se constitui nos marcos do pragmatismo americano (BREVIGLIERI, 2017, p. 14).

O autor apresenta situações observadas por ele que demonstram a impossibilidade de agir em situações que são extremas para os atores, quando os próprios corpos de atores não têm mais capacidades de se manter erguidos no espaço público. Parece-me ser uma metáfora interessante para demonstrar a apresentação pública das mães que entrevistei. Devastadas, carregam um sofrimento devastador, adoecem ao longo do tempo, de modo que se tornam extremamente complexas suas capacidades de agir em um espaço público. De um lado, a busca por justiça em um plano institucional pode ser francamente inibida, como observamos anteriormente. Por outro, o sofrimento e suas consequências no que tange às suas condições de saúde, psíquica e físicas, afetam consideravelmente suas exposições em público.

Além do sofrimento causado pela perda que poderiam explicar a falta de engajamento em reivindicações públicas por justiça, por exemplo, essas mães ainda experimentam o temor da retaliação, caso denunciasses, pelos narcotraficantes que assassinaram seus filhos ou que lhe são próximos. Por exemplo, na conversa com Lelê, mesmo que a morte de seu filho

ocorreu há 15 anos, ela manifestava um forte controle de sua fala na conversa comigo e com Jussara Freire – que estava presente – e chegou, inclusive, em apresentar seu medo de falar e os modos segundo os quais tais receios a levaram na desistência de prestar qualquer queixa.

Lelê: Eu nunca vi a foto dele, até chegaram a pedir a foto dele, mas nunca colocaram lá, nunca. E também, ele (meu filho) era maior (de idade), normalmente eles (a polícia) têm mais interesse quando é menor de idade, mas nunca colocaram nada, eu sempre procurava quando eu via um cartaz para ver se a foto dele estava lá, mas nunca, nunca vi nada. Eu, na época queria fazer muita coisa, queria ir à delegacia, queria colocar a foto dele em todos os cantos, mas meu irmão também não deixou, falou “não faz isso não, porque a gente não sabe, eles são muito vingativos”, minha vontade era entrar (na favela), era ir ao cemitério procurar. Oh, só Deus, só Jesus.

Jussara: Seu irmão que indicou?

Lelê: Meu irmão ele...

Jussara: São várias pessoas, eu tenho a impressão pelo que a senhora está nos contando que estavam desestimulando tornar público o desaparecimento, como os vizinhos, o irmão....

Lelê: É por conta de ser dentro da favela, porque era perigoso, eles podem se vingar, aí por isso.” (...)

Lelê: Não conhece não, não sei se tem algum mais antigo aí né entendeu, não sei se tem algum antigo que mora, não sei não, mas eu não tenho mais aquele... Mas... até hoje eu não gosto de comentar para qualquer pessoa, tem que manter sigilo, a gente não sabe se tem algum antigo aí, eu não sei, não sei. Mas que foi ali dentro (da favela) foi, ele frequentava lá.

Viviany: A senhora foi à polícia, alguém investiga esses casos para saber quem foi?

Maria: Parou.

Viviany: Parou? Então, chegou a começar?

Maria: Já, fomos à delegacia, explicamos no dia que aconteceu, anotei aquilo... aquele negócio de ocorrência, eu tenho guardada aí. Mas eu não corri atrás de nada não, parece que o pessoal foi preso, deixei na mão de Deus, né?

### 3.4 VIZINHANÇA, MATERNIDADE E SUJEIÇÃO CRIMINAL

Em resumo, observamos que o medo se relaciona com o temor das consequências da publicização dos casos, mais ainda quando os assassinos são vizinhos, e, portanto, pouco ou muito tempo depois da morte, continuam sendo personagens próximos que acompanham frequente e atentamente as rotinas das mães. Na pesquisa de campo realizada por Jussara Freire, algumas inclusive explicam que não registraram nenhum boletim de ocorrência,

temendo uma investigação e, em particular, a visibilidade da presença da polícia civil em suas casas e no bairro.

Bermudez (2015b), apresenta situações em um bairro da Argentina onde as mortes também ocorrem em conflitos que envolvem pessoas com relações de proximidade e vizinhança e não provocadas por agentes do Estado, Bermudez também apresenta falas de familiares de vítimas onde estes justificam as mortes pela proximidade dos algozes e das vítimas e destes com o *mundo do crime*. As denúncias formais e publicizações não são comuns na situação que a autora analisa. Já Eilbaum (2012) demonstra como a categoria nativa, “o bairro fala” influência nas relações entre os atores sociais nos processos judiciais nos quais estão envolvidos. As categorias nativas observadas por essas duas autoras se assemelham bastante aos termos usados por minhas interlocutoras. Essas mães apresentam relatos onde evidenciam seus medos de levar a público suas denúncias e mesmo com a passagem do tempo, como apresentarei a seguir.

Paralelamente, como vimos no capítulo anterior por meio da análise de matérias jornalísticas, dos discursos de autoridades policiais e de relatos de moradores da cidade em jornais, o debate público tende a legitimar mortes, associando as vítimas com “bandidos”, cujos destino é considerado “justo” – por ele – seria seu extermínio. Ora, nas conversas com as mães, encontramos mais um ponto em comum que permite compreender como o debate público incide nas problematizações das mães no tocante às mortes de seus filhos.

Com efeito, todas estas mães compartilham que temiam, senão antecipavam, a morte do filho por ele ser “próximo do tráfico”. Assim como Bermudez (2015b) analisa casos de familiares de vítimas que não publicizam as mortes e usam o termo “andaba” que tem sentido próximo a “tem envolvimento” (com o tráfico) usado por minhas interlocutoras. Desta forma, algumas apresentam as mortes de seus filhos em decorrência de “escolhas de vida” de seus filhos e da ineficácia de suas tentativas enquanto mães de afastá-los do *mundo do crime* (FREIRE; TEIXEIRA, 2016).

Misse (2010), analisa a categoria “bandido” no Brasil e como em contexto brasileiro aqueles rotulados tornam-se indesejados, senão sujeitos “matáveis”. Segundo Misse (2010), a eliminação do sujeito criminal é mais desejada e valorizada do que a extinção do crime em si. É o que Misse (2010, p. 21) chama de *criminação*, o sujeito carrega em si o crime, está além da ação em si, assim o que se quer eliminar não é só a ação criminosa mas também os sujeitos envolvidos nela.

O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como “bandido”, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa. O eufemismo de “ressocialização” ou de “reinserção social” acusa, aqui, por denotá-la, a “autonomia” desse “sujeito”, e paradoxalmente a sua “não sujeição” às regras da sociedade (MISSE, 2010, p. 17).

Segundo Misse (2010) a sujeição criminal também se refere aos territórios e as pessoas que convivem naquele determinado espaço. Neste caso, a territorialidade incide como uma forma de contágio para aqueles que residem em favelas e periferias, áreas tidas como copresença contagiosa entre moradores e criminosos. Morar nestas áreas já seria um indicador da aproximação entre o morador e uma carreira criminosa.

Do ponto de vista das minhas interlocutoras, os pesos da sujeição criminal se apresentavam em uma dupla dimensão. De um lado, problematizavam as “escolhas de vida” do filho – retomando os termos de uma delas – e, por outro, descreviam um conjunto de qualificações e avaliações das mães segundo às situações específicas por elas vivenciadas - em suas áreas residenciais e em diferentes momentos da carreira criminal do filho. Para estas três mães, tratava-se, quando os filhos eram vivos, de reunir um conjunto de competências maternas, não sem muita tensão, para evitar o destino de seus filhos que as mães já entreviam.

Percebemos assim pelo menos três momentos na *carreira materna* – no sentido de Becker (2008) - de minhas interlocutoras que podem ser assemelhadas a três modalidades de competências maternas que se sucedem de acordo com a trajetória do filho e de sua aproximação com “o mundo do crime”. Como é o caso de três das quatro mães, o filho estava se engajando no *mundo do crime* antes de ser assassinado e as competências maternas, neste momento, consistiam em convencê-lo de “trabalhar” para tirá-lo “desta vida”, única possibilidade segundo elas para afastar o risco de perda de vida – já temido, assim que as mães identificam uma primeira aproximação, como dito anteriormente. Depois, após as tentativas frustradas das mães para que seus filhos saíssem do *mundo do crime*, observamos, nos relatos abaixo, que elas percebem a ineficácia de suas tentativas de diálogos e de sugestões.

Este momento está acompanhado da avaliação do peso das relações de vizinhanças no tocante à sociabilidade priorizada pelo filho, como se o registro de vizinhança se sobrepusesse aos outros registros de sociabilidades vivenciados pelo filho: as relações familiares – algumas descrevem que seus filhos ouviam mais os vizinhos do que elas ou que não as ouviam mais –,

de trabalho ou, eventualmente, religiosos . Enfim, o terceiro momento, é a intensificação do engajamento do filho no *mundo do crime* – marcado em um caso por um encarceramento – que é apresentado juntamente com a continuidade do amor da mãe para com seus filhos.

Maria: Esse aqui [o meu filho que morreu] foi preso uma vez, ficou 4 meses preso, foi para o Rio [de Janeiro], fiz campanha, pedi a Deus para soltar ele. Se soubesse não tinha pedido para soltar, ele ia ficar lá, pelo menos não ia morrer. Tem que ver. Deus o tirou da cadeia com 4 meses, aí meu Deus. Ela [a minha filha] foi Deus mesmo que levou NE, porque ela estava doente e, mesmo assim, eu tenho saudades, mas ele não, ele foi tirado à vida dele, foi pego pelos outros. Menino novo, todo futuro pela frente, meu Deus. Esse aqui era tão calminho, tinha boca e não falava também, o irmão desse {entrevistada mostra a foto}, mas se envolveu com drogas.

O quê? Eles nunca trabalharam, eles nunca fizeram nada, ninguém faz nada. Preferiu entrar nessa vida, perder a vida do que trabalhar NE, porque se ele estivesse trabalhando nada disso ia acontecer, estaria aí trabalhando comigo até hoje.

Maria: Parece que ele pegou drogas, deu para os outros ou usou, não acertou conta com os caras e, aí acham que a vida vale e, tiraram [a vida dele]. {pausa}.

Lelê: Uma ferida que nunca cicatriza né, quanto mais dessa forma né, foi o que eu falei, às vezes eu esperava que isso fosse acontecer, mas não dessa maneira né, eu nunca podia imaginar que iam fazer isso com ele (meu filho), mas o que ele procurou. Eu sempre dava conselho, conversava com ele para ele deixar, seguir um caminho bom, mas ele nunca quis escutar a mãe, só quis escutar os colegas, os amigos”.

Neste capítulo, apresentamos a inserção na pesquisa de campo, as trajetórias das mães e alguns dos ciclos comuns de suas experiências públicas, que contribuem para a caracterização das experiências públicas de familiares em Campos. Observamos, em particular, a centralidade das problematizações da sociabilidade de vizinhos na qual seus filhos estavam inseridos, que configura uma linguagem de violência urbana nesta cidade, não necessariamente associada a instituições policiais, diferentemente da centralidade da violência policial nos estudos sobre familiares de vítimas na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. Com este quadro, observamos ainda que os sentidos de justiça das mães são dificilmente publicizáveis, ainda que estas possam ter uma expectativa de justiça que “só Deus” poderia minimamente contemplar.

#### 4 TOMADAS DE VOZ E SOFRIMENTOS DE MÃES DE VÍTIMAS EM CAMPOS

Os silenciamentos e ausência de arenas públicas em Campos podem ser analisados à luz do que Quéré e Terzi (2015) denominaram de sociologia da experiência pública. Considerando o “público” como uma forma e uma modalidade de experiência, esta sociologia se focaliza no estudo empírico da organização prática da experiência (QUÉRÉ; TERZI, 2015). Como é também o caso destes autores, inspiro-me ainda em diversas contribuições de Dewey (notadamente *O Público e Seus Problemas*, 1927), porém considerando recentes críticas de pesquisadores da área de sociologia que nutrem seus trabalhos na antropologia capacitária de Paul Ricoeur. No plano da sociologia, alguns pesquisadores como Breviglieri (2004) observam certa naturalização em outras pesquisas pragmatistas (eles mesmos se reconhecem nesta abordagem), que dialogam com a obra de Dewey e Goffman no que tange ao pressuposto das capacidades dos atores. A principal crítica se focaliza nas formas como vem sendo problematizado o agir em um horizonte de reconhecimento. Neste caso, “o público” emerge, se constitui e se organiza em torno de uma investigação a partir de uma situação indeterminada que possa exercer algum controle sobre transações cujas consequências o afeta indiretamente. No entanto, diferentemente da “sociologia dos problemas públicos”<sup>11</sup>, inspirada nas obras de Dewey e iniciada a partir das contribuições de Gusfield (1981)<sup>12</sup>, frequentemente voltadas para os modos de perceber, identificar e problematizar uma situação indeterminada, há alguns anos, diferentes autores vem questionando “o otimismo” desta sociologia. Com efeito, Quéré e Terzi (2015), retomando observações empíricas realizadas em grande maioria em contexto francês, avaliam que Dewey supervalorizou “os choques” (que podemos qualificar rapidamente de cognitivos) que gerariam uma ruptura nas rotinas dos atores e orientariam então a operação de definição “situação problemática em sua qualidade imediata”, (isto é, “embaralhada, conflituosa, desordenada” etc) (DEWEY, 1993).

O problema social remete-se a uma condição reconhecida como sendo problemática por grupo(s) de uma sociedade. Nesse sentido, o problema social não é obrigatoriamente público pelo fato de que não se torna necessariamente um assunto que precisará sempre de uma resposta pública (seja ela em termos de formulação de política pública ou de inserção em uma agenda pública visando a sua resolução). Retomando um exemplo de Gusfield, dificuldade de relacionamento entre pais e filhos pode ser considerada como problema social no sentido de que é definido desta

<sup>11</sup> Sobre a Sociologia dos problemas públicos, Cf., dentre outros, Cefai e Joseph (2002) e Cefai (2013).

<sup>12</sup> Para uma apresentação da obra de Gusfield e suas articulações com problemas públicos em contexto brasileiro, cf. Freire (2016).

forma por certos grupos sociais, mas não é público pelo fato de ele não se resolver em uma esfera pública, e sim, doméstica (FREIRE, 2005, p. 40).

Retomando o trabalho de Stavo-Debaugé (2012), estes autores ainda apontam para o fato de que aqueles que sofrem deste “choque” não seriam sempre atores capazes de avaliar, em momentos turvos, a positividade gerada pelo estímulo gerado pela situação problemática, isto é, de tornar-se “problematizadores” e “exploradores” (em alusão aos modos segundo os quais Dewey percebe o público como uma “comunidade de exploradores”). Stavo-Debaugé (2012) e os autores supracitados, por este motivo, destacam as situações em que os atores podem estar profundamente incapazes de se deparar com tal “choque” e de encontrarem então a energia que despertaria o início de uma investigação.

Freire (2013), analisando algumas de suas pesquisas empíricas a posteriori, ainda observa que a percepção, identificação e problematização de uma situação tida como problemática não se encerra necessariamente em um processo de publicização, mais ainda no contexto brasileiro no qual a repressão e criminalização de diversos movimentos sociais atravessa a trajetória da ação coletiva associada à territórios da pobreza. Em diálogo com os trabalhos de Stavo-Debaugé (2012) e de Breviglieri (2008), mas partindo de um contexto carioca e fluminense da ação coletiva, a autora ainda observou que em situações de ação coletiva marcadas pelo uso da força desmedida (Brodeur, 2004 apud Freire, 2013.), muitos dos atores que defendem causas em prol de moradores de favelas e de periferias se deparam com uma série de obstáculos e ameaças de represálias (inclusive assassinatos de líderes comunitários ou militantes de direitos humanos, no campo e na cidade) que tornam árduos um esforço associativo na forma de uma arena “pública” (por este motivo, a autora prefere se referir, nos casos analisados por ela de “arena de publicização”, que permite dar conta que a problematização coletiva da situação indeterminada é ela também, indeterminada). Neste sentido, a evitação do tratamento de certos assuntos ou o *exit* (tal Freire (2016) problematizou a partir da obra de Hirshman) dos atores em compor estas arenas, como é o caso dos familiares de vítimas de violência em Campos, precisam ser retomados a partir do trabalho de significação (Snow, 2001 apud Freire, 2016) das pessoas e entremeado com uma análise do quadro de força em jogo, e logo de ameaças que pesam no processo de investigação, o que contribui para uma compreensão sociológica dos modos de tomar voz em uma dada situação.

Lelê perdeu seu filho assassinado e foi forçada a manter o silêncio sobre as circunstâncias da morte. Mesmo após 15 anos, manteve essa precaução ao evitar denúncias e publicização para evitar retaliações. Uma vez que ela desconfia que pessoas envolvidas ainda residam em sua vizinhança.

Lelê construiu estratégias e formas de se apresentar perante juízes e policiais visando sua proteção e a dos seus familiares. A dor da perda era dificilmente compartilhada em função da desconfiança e do medo já que o crime envolvia pessoas próximas que teriam assassinado seu filho.

Maria mudou-se de bairro e não deu continuidade aos processos de inquéritos dos homicídios dos seus dois filhos. Ainda não identificava após dois anos, os nomes durante o relato e falava baixo dentro de sua própria casa quando conversamos sobre sua perda.

Joana, por sua vez não autorizou a gravação de nossas conversas apesar da relação de amizade que temos a muitos anos. Também evitou citar nomes dos assassinos de seu filho que ela conhecia pessoalmente. Mais uma vez, encontro o ponto em comum entre os anos transcorridos (aproximadamente 12 anos) após a morte e a evitação sobre as denúncias e investigações.

Em uma das conversas, Maria afirma que os autores da morte de seu filho já teriam sido presos. Porém não soube me dizer se essas prisões eram decorrentes dos assassinatos dos seus filhos ou por outros motivos.

Quando as mães encontram um interlocutor de confiança, como era meu caso nessas situações, elas compartilhavam que se sentiam aliviadas em poder falar sobre o ocorrido e tudo que silenciavam sobre o que seria a perda de um filho. Assim todas as questões que as silenciaram no decorrer do tempo após as perdas aparecem nos relatos. O silêncio e a não publicização de suas perdas traria sentimentos ambíguos de angústia e segurança. A ambiguidade aparece também no fato do silêncio ser imposto em certa medida e de certa forma ser também uma opção das mães. Neste caso, o silêncio evidencia uma competência que se ajusta as situações nas quais a denúncia não é possível e são partes de suas experimentações da carreira moral dessas mães.

Viviany: Por que a senhora acha que nem mesmo depois do processo, não podia falar isso?

Lelê: Não podia não. Porque aí, eles podiam querer abrir inquérito, fazer pesquisa aqui dentro, e aí?!

Viviany: A senhora não queria que chegasse a esse ponto?

Lelê: Não, não queria não. Porque a gente fica meio que com medo, meio ressabiada, meio assustada, né? Com tudo, tanta coisa que acontece, aí eu não quis não. Por isso, que quando fez 10 anos... quando a pessoa desaparece e faz 10 anos, eles (a polícia) dá como morto, se caso aparecer, aí você tem que ir lá para dar baixa, mas ele não vai aparecer. Toda pessoa que desaparece que tem desaparecimento o juiz dá como morto depois de 10 anos, retira uma certidão de óbito depois de 10 anos.

Desta forma, Quéré e Terzi (2015) observam que as situações indeterminadas não resultam sempre na constituição de um público de investigadores, dispostos a questionar e experimentar soluções inéditas. Afirmam que as situações indeterminadas podem ainda atizar temores, mais ainda quando são suscitados pela ameaça de um conflito interno (o que também se articula com a proposta de Freire (2017), mesmo que a autora não problematize nestes termos a questão da ameaça, por ela partir das formas como os atores definem, em situações de conversa com ela, o que é a ameaça, mas sendo de todo modo vivenciada como “interna”):

Quando tal maneira de se deparar com problemas transformam-se em rotina, a coletividade tende em se instalar em uma postura defensiva de encolhimento de modo que os problemas que emergem, longe de desestabilizá-la apenas conforta mais ainda os preconceitos os mais enraizados e nos costumes mais rotineiros (QUÉRÉ; TERZI, 2015, p. 8).

Estas observações conduzem os autores em focalizar a noção de situação indeterminada no conjunto de “dinâmicas experimentais” (QUÉRÉ; TERZI, 2015, p. 17) durante as quais o que denominam de “comunidades desestabilizadas” se converte paulatinamente em público para reconfigurar instituições e engajar “um trabalho de valiação (*valuation*) e de avaliação” (QUÉRÉ; TERZI, 2015, p. 17) – reorientando assim o problema de Dewey -, trabalho que não é mais *taken for granted*. Desta forma, sustentam que o público é indissociável da experiência de problematidade cuja compreensão partiria da inteligibilidade endógena das atividades pelos quais os atores organizam e geram as situações da vida cotidiana, em suma da “accoutability”, tal como proposto por Garfinkel.

Ainda destaco os modos segundos os quais Quéré e Terzi (2015) definem “o público”, que – no meu entendimento e naquele dos outros pesquisadores do nosso grupo de pesquisa - parece escapar de muitas das tendências atuais em reduzir esta noção a um plano estritamente institucional ou, mesmo quando problematizado por autores que se situam em uma herança da obra de Dewey, de uma associação exclusiva do termo com a ideia de “comunidade de investigadores”. Segundo Quéré e Terzi (2015, p. 20), “[...] toda experiência, desde que seja inteligível, pode ser tida como pública no sentido de que ela pode estruturar, encobrir uma forma inteligível e logo observada e descrita enquanto tal apenas se ela incorpora mediações públicas”. Para fundamentar esta afirmação, os autores recorrem a Wittgenstein que negava a possibilidade de existir uma linguagem privada e lembram que o próprio Dewey preconizava que a observação de um evento era necessariamente associada “às características publicamente determinadas na linguagem, algo ‘apreendido sob condições sociais e públicas’ (DEWEY, 1943, p. 3 apud QUÉRÉ; TERZI, 2015, p. 21).

Estas definições ainda dialogam com a obra de Goffman que também propôs partir de uma noção particularmente elástica do “público”, que se formaria no momento em que haveria uma relação de face a face entre pelo menos dois atores corporalmente em copresença, logo consciente da reciprocidade de sua visibilidade<sup>13</sup>. Desta forma, o que une os autores supracitados, é que esta sociologia “da experiência pública” toma como cerne modalidades de organização social em conjunto, o que implica problematizar a ordem pública a partir do esforço de descrever modalidades de coordenações do ponto de vista dos atores e de suas “accountabilidade”. No caso desta pesquisa, como a copresença corporal é permeada por um pano de fundo de forças que representam rotineiramente uma ameaça, a plasticidade do que se define por “público” nos parece (tanto neste trabalho quanto na pesquisa coordenada por Jussara Freire) representar uma condição da execução do projeto.

Com efeito, as conversas realizadas, apontam para uma recusa dos familiares com os quais conversamos de orientar suas ações, após as mortes dos filhos e/ou irmãos, na direção de denúncia pública ou de participar da arena de publicização “de familiares de vítimas”. Em quase todos os casos, as mães problematizaram os modos de lidar com suas perdas a partir de seus maiores investimentos (para aqueles que já participavam de igrejas pentecostais) ou novos investimentos em comunidades católicas ou pentecostais. Sempre que perguntava a Maria se ela havia formalizado uma queixa, ela se mantinha evasiva. Porém, em algum momento do relato ela descreveu sua ida à delegacia de polícia pois o seu filho chegou a ser socorrido e faleceu no hospital.

Maria: Já, fomos à delegacia, explicamos no dia que aconteceu, anotei aquilo... aquele negócio de ocorrência, eu tenho guardada aí. Mas eu não corri atrás de nada não, parece que o pessoal foi preso, deixei na mão de Deus, né?

Por este motivo, se seguirmos uma definição do “público” elaborada a partir de um plano institucional ou de um plano sociológico e normativamente definido, ou ainda até certo ponto, da ideia de “comunidade de investigadores” de Dewey, perderíamos a possibilidade de compreender como estes engajamentos podem traduzir outras modalidades de engajamentos públicos do ponto de vista de familiares, os quais, por sua vez, não se voltam para o plano institucional, de denúncia pública ou de outras formas de ação coletiva “tradicional” no sentido sociológico convencional no termo (como seria o caso, por exemplo, de atores

<sup>13</sup> Se as definições do público deveriam partir do conjunto da obra Goffmaniana, observa-se que Goffman define explicita e insistentemente o público como copresença *corporal* em Goffman (2011). O autor chama, no livro *Ritual de Interação*, atenção para a centralidade de focalizar o olhar sociológico nos corpos em copresença, pois esta é a característica a partir da qual é possível ler o problema da visibilidade recíproca e os decorrentes ajustamentos dos atores às situações, problema que também atravessa o conjunto de sua obra.

integrarem a arena de publicização ou movimentos sociais contra os modos dominantes de problematizar “a violência urbana”).

Tomamos então nosso ponto de partida do fato objetivo que as ações humanas têm consequências sobre os outros, que algumas dessas consequências são percebidas e que a percepção delas leva a um esforço posterior para controlar a ação a fim de garantir algumas consequências e evitar outras. Seguindo essa pista, somos levados a notar que as consequências são de dois tipos, aquelas que afetam as pessoas diretamente envolvidas em uma transação e aquelas que afetam outras além daquelas diretamente envolvidas. Nessa distinção encontramos o germe da distinção entre o privado e o público (FRANCO; POGREBINSCHI, 2008, p. 8).

#### 4.1 O ENCOLHIMENTO EM COMUNIDADES RELIGIOSAS

Paralelamente na literatura pragmatista francesa, a questão da incapacidade dos atores tende a ser eventualmente associada à ideia de um encolhimento (*repli*) de si que pode eventualmente se traduzir na busca de um fechamento comunitário. Por exemplo, quando Quéré e Terzi (2015) procuram demonstrar que dadas situações indeterminadas, os modos de se deparar com problemas se convertem em rotina “a coletividade tende e se instalar em uma postura defensiva de encolhimento de modo que os problemas que emergem, longe de desestabilizá-la, como vimos, a conforta mais ainda nos seus preconceitos os mais enraizados e nos seus hábitos mais rotineiros” (QUERÉ; TERZI, 2015, p. 8).

A abordagem pragmatista realizou um esforço notável para compreender como todo indivíduo pode se manter presente no modo da interação e como a interação contribui, em contrapartida, para reforçar sua individualidade entendida como uma potencialidade do agir significativo em diversas condições de seu ambiente (FRANCO; POGREBINSCHI, 2008).

A sociologia interacionista aprofunda esta concepção pragmatista “não individualista” do indivíduo concentrando sua atenção no ambiente urbano e nas capacidades requisitadas para figurar nele. De modo geral, trata-se da capacidade de se tornar responsável em relação a um outro distante e generalizado, com quem o que está em jogo é manter o difícil equilíbrio interacional, por meio do qual se garantem, não sem fortes tensões sobre a respeitabilidade dos indivíduos, a ordem civil e a paz das *cités*. A autonomia representa, então, neste modelo capacitário que conduz a uma ética da responsabilidade de se portar bem em público, uma capacidade primordial. Ela está no topo de uma moral e na ponta de uma política atenta à sua realização (BREVIGLIERI, 2017, p. 05).

Neste sentido ainda, que os autores propõem criticar a ideia que marca o pragmatismo americano – filosófico e sociológico - revisitado por leitores europeus, a questão da

incapacidade do agir parece convertida em uma modalidade de encolhimento do(s) ator(e)s – não sendo neste caso um problema de inação, mas do momento em que o refúgio voltado para si parece tornar-se uma outra capacidade mínima, diante da incapacidade de agir. Nestes termos, como hipótese, o encolhimento torna-se também uma versão interpretativa de crítica ao modelo de competência dos atores, mas parece-nos também que tal pressuposto não escapa de uma normatividade sociológica, já que ele é associado ao reforço de preconceitos. Se seguirmos ao extremo o argumento (o que os autores não problematizam) destes seus pressupostos, poderia ser facilmente associado o encolhimento dos atores em análise com os engajamentos religiosos, nítidos nas conversas realizadas e apresentadas no capítulo 2, é o afastamento da busca por justiça “dos homens”.

A sociologia qualitativa de inspiração pragmatista realça os fundamentos da dignidade da pessoa a partir de uma pesquisa meticulosa sobre as múltiplas formas de capacidades práticas acionadas no plano da ação significativa (a palavra articulada sendo, inclusive, uma de suas figuras essenciais). Parece que esta sociologia encontra no indivíduo, independentemente de onde vem ou de quem é, um sentido preservado da reciprocidade, das competências em dar o troco, em consertar, ordenar e equilibrar situações delicadas. Sob este ângulo, “a experiência consiste para o indivíduo em se aproveitar o quanto pode de suas potencialidades” (JOSEPH, 2002, p. 102).

Ela tem uma notável contribuição no que se refere à relação problemática e/ou polemológica com o mundo, particularmente destacada por esta sociologia que se constitui nos marcos do pragmatismo americano. As figuras clássicas que esta última propõe então – aquelas da negociação de uma ordem situada, do jeitinho, do virar-se ou da bricolagem – representam experiências poderosamente significativas e modalidades exemplares de valorização das capacidades humanas engajadas em contextos mais ou menos hostis e nos quais os recursos da ação são limitados (BREVIGLIERI, 2017, p. 03).

Mesmo não se tratando de um problema formulado pelos autores supracitados, neste caso, analiso o sentido do encolhimento na comunidade religiosa dos familiares com os quais conversamos, propondo estender a proposta de experiência pública às investigações que estes atores fazem na comunidade religiosa. Observa-se nesta cidade, que a impossibilidade da “busca por justiça” é acompanhada de uma resignação generalizada. Neste caso, familiares seguiam suas vidas com uma profunda indignação no limite do dizível e do compartilhável, que não se convertia em um processo de investigação pelo impacto da perda e da avaliação de que “nada poderia ser feito”. Procurei também explorar este tipo de reação que pode ser problematizada a partir de certos quadros, em que o processo de investigação não se coloca mais como um horizonte do possível. É, portanto, possível refletir sobre estes quadros e ambientes de força que travam o horizonte de publicização e suas consequências no que tange aos esforços dos atores “seguirem” suas vidas após um evento traumático.

Maria: Eu visito a assembleia [de Deus], de vez enquanto eu vou sabe, mas tem hora que quando começa um negócio na minha cabeça eu vou, sento lá um cadinho escuto a palavra e depois venho embora.

Introduzimos um primeiro elemento com o objetivo de limitar o alcance descritivo do método sociológico colocado no cerne da presente discussão. Em uma pesquisa que desenvolvi, intitulada “o horizonte de não habitar mais”, que tratava de uma população desamparada e fortemente danificada, de sem-tetos (*sans-abri*) e de inquilinos de habitações que se tornaram insalubres, eu pude observar um certo número de pessoas que não podia mais ou muito dificilmente se engajar em uma interação em público e, tampouco, se manter em uma plena copresença (BREVIGLIERI, 2017, p. 05).

#### 4.2 TOMAR VOZ EM SITUAÇÕES QUE CRIMINALIZAM AS VÍTIMAS

Além das questões acima apresentadas referentes ao agir em situações de choque onde a capacidade dos atores se apresenta justamente na inação, outros aspectos estão envolvidos nesta análise, além da situação problemática em si. O sofrimento e a dor da perda poderiam mobilizar familiares e demais cidadãos não envolvidos diretamente com as vítimas, a cobrar dos órgãos responsáveis do estado e sociedade, mais segurança e garantia de direitos. O que ocorre, porém, é uma associação das vítimas com tráfico de drogas, as vítimas são automaticamente culpabilizadas por suas mortes, baseio essa afirmação em como as notícias sobre essas mortes são feitas nos jornais que acompanhei a partir do ano 2016. A desqualificação da vítima e os silenciamentos impostos pelo medo de retaliações violentas parecem impedir mobilizações de publicização dos crimes ocorridos como consequência de uma *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2008).

Nos exemplos selecionados acima, podemos observar um padrão e insistência em associar as mortes aos conflitos entre traficantes, essa suposição ou afirmação feita pelos jornais de maior visibilidade na cidade por si só inibem um ato de busca por justiça e prisão de assassinos por parte de familiares. É interessante observar nas matérias apresentadas anteriormente. O interlocutor principal dos jornalistas são os policiais militares que registram as ocorrências no local dos fatos. Os familiares buscam apoio para diversas demandas por outros meios “mais seguros”, entre elas, as comunidades religiosas, por exemplo. Freire (2010) analisa os discursos de sofrimento e dor que são mobilizados por familiares de vítimas de violência policial, em suas buscas por justiça para seus entes assassinados, a participação destas vítimas em um conjunto, está a todo momento sendo colocada sob dúvida, a ilegalidade

das mortes é indiscutível, porém, essas são legitimadas e justificadas através da “desumanização” da vítima, seja pelo lugar de moradia como já mencionado, comum em Campos relacionado aos moradores de Guarus, seja pelo envolvimento ou suposto envolvimento com o crime.

Carly Machado (2013) analisa casos de criminosos “resgatados” por uma instituição religiosa, abaixo ela se refere ao sofrimento de um indivíduo considerado criminoso, tal reserva em relação ao sofrimento de um criminoso já condenado se estenda também aos familiares de vítimas quando essas são implicadas em crimes.

A literatura sobre sofrimento aponta para a configuração de uma cartografia moral capaz de indicar quem pode sofrer, assim como onde e como deve-se viver esse sofrimento. Esse mesmo mapa moral define ainda a quem não cabe a experiência de sofrimento. Essa cartografia intensamente dinâmica, pretendo enfatizar, é continuamente desafiada e alterada por projetos específicos que tentam reposicionar atores, alterando os regimes morais aos quais estes são submetidos. O sofrimento conforma-se assim em uma categoria analiticamente interessante à reflexão sobre o agressor, o autor da violência, e sua condição enquanto sujeito moral. Se representado como um criminoso frio e sem arrependimento pelos seus atos, a ele não caberia a categoria “sofrimento” enquanto aquela que desperta compaixão solidária. Sua dor, não acompanhada por seu arrependimento, é entendida como merecida, inclusive as dores a ele imputadas pela ação violenta estatal, seja pela violência policial, ou no sistema prisional. O sofrimento do agressor seria a confirmação, nessa perspectiva, de seu merecido castigo (MACHADO, 2014, p. 06).

Dentre os trabalhos sobre familiares de vítimas de violência policial na cidade do Rio de Janeiro, destaca-se Freire (2016) e Leite (2004), analisam as competências e estratégias dos atores sociais em relação à exposição pública da dor e do luto e como são ouvidos no espaço público. Desse modo, os contextos e os tipos mais comuns de crimes variam em suas características em cada cidade. A forma como familiares problematizam a dor e o sofrimento e sua busca por justiça ou mesmo a negação da justiça formal tem características próprias em Campos. Freire (2016) avalia essas variações de processos de publicização em contextos diferentes e como esses se processam em uma metrópole e em uma cidade média. Ao analisar as consequências que os assassinatos ocorridos em Campos têm sobre a forma como seus familiares tematizam suas perdas, observo como são conduzidos e tratados problemas públicos em Campos. Assassinatos são os últimos recursos do uso ilegítimo da força e tem perceptíveis consequências sociais e psicológicas na vida daqueles diretamente envolvidos.

Este quadro analítico está interessado em ter uma compreensão processual da maneira pela qual as atividades reivindicatórias dos grupos envolvidos provocam a definição de problemas que passarão por um processo de reconhecimento como sendo sociais. Ademais, a ideia de ação coletiva é baseada na definição e na

reivindicação de grupos de interesses particulares, os quais ascendem a um nível geral. Este movimento permite a universalização dos problemas sociais, que, por sua vez, provoca uma competição. Esta última quase sempre se manifesta nos coletivos estudados através das disputas constantes dentro de e entre as arenas públicas, uma competição cujo objetivo é a apropriação do assunto problemático através da atenção pública (FREIRE, 2005, p. 39).

Os familiares são aqueles diretamente afetados pelas ações dos responsáveis pelas mortes, porém essas mortes refletem no cotidiano de todos os moradores de um bairro ou de uma cidade. Não são apenas números altos de mortes, mas estando essas mortes circunscritas em um determinado território, como é possível observar nos mapas de segurança pública do INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2016), os “silenciamentos” se estendem aos demais moradores da cidade (moradores de bairros nobres na cidade), observado na ausência de demandas publicizadas por segurança pública, exceto para casos de roubos e furtos.

Essas características organizacionais – a transversalidade e as relações pessoais – parecem fazer com que as favelas funcionem como espécies de agentes refratores de certos fatores da sociedade global que influenciam as atividades e os comportamentos políticos de seus moradores. Não é ocioso explicitar que, quando me refiro a tais atitudes e comportamentos, não quero dizer que eles sejam exclusivos dos favelados, mesmo porque não conheço quaisquer estudos comparativos entre favelas e outras organizações. Refiro-me apenas aos que podem ser empiricamente identificados nos moradores da favela e que provavelmente são, pelo menos em parte, condicionados por sua forma de organização (MACHADO DA SILVA, 2011, p. 701).

Se, como vimos nos capítulos anteriores, moradores de um determinado bairro são entendidos como mais coniventes com o crime e que seus crimes são mais violentos de acordo com uma divisão geográfica dos bairros, esses poderiam estar sujeitos ao menor engajamento dos agentes do estado na resolução de suas demandas, mesmo que a presença do Estado na figura da polícia militar esteja constantemente nesses territórios. As responsabilidades dos crimes são divididas entre criminosos e moradores do local que, “veem tudo, mas não falam nada”, como visto na matéria “Mapa da Violência em Campos dos Goytacazes” anteriormente citada. A falta de denúncias públicas sobre os crimes violentos está relacionada claramente ao medo de retaliações e também a falta de confiança desses moradores nos agentes de segurança. Os meios legais e os agentes do estado não são entendidos como capazes de assegurar a integridade física daqueles que denunciam.

Lelê (entrevistada): É, avisaram e pela vida que ele levava né, ele já estava jurado de morte, já estavam querendo pegar ele desde que ele foi baleado aqui na esquina, foi o 1º atentado que ele sofreu entendeu. Eu não fui minha família também não foi, foi o que eu falei, fui à delegacia por este motivo, tinha que dá parte e ele deixou um menor (de idade) entendeu, e eu tinha que entrar com o pedido para ele (o menor de

idade) receber a pensão que ele (o pai) pagava, porque ele trabalhou de carteira assinada, então meu menino tinha direito de receber a pensão. Aí por isso que eu fui, porque eu sabia que a polícia não ia fazer nada não, porque chega lá e eles pegam o nome e bate lá que ele já foi ex-presidiário, tinha uma vida toda errada, eles (os policiais) não estão nem aí. Der repente se fosse uma pessoa direitinha, eles de repente procuravam, mas uma pessoa que não tinha, era todo errado, todo errado tanto que foi preso 4 vezes, foi muito difícil, muito difícil. Foi perto do natal entendeu, foi... eu na véspera do natal eu passei na delegacia dando parte no dia 24 de dezembro, passei na delegacia dando parte do desaparecimento dele.

O grande número de assassinatos ocorridos em Campos vem sendo tratados pelos meios de comunicação locais como um problema a ser tratado pelos órgãos de segurança pública e atribuídos “guerra entre facções criminosas” (LEITE, 2012) o que culmina na desconfiança nas vítimas, justificção e legitimação das mortes e consequente silenciamento dos atores envolvidos.

Lutar por justiça pela morte de alguém que assumidamente tenha cometido um crime ou qualquer forma de ato violento é uma ideia praticamente inconcebível. Daí a tensa discussão acerca dos direitos humanos, por exemplo, da população carcerária no Brasil, bem como da categoria policial (MUNIZ, 2006). Nesse sentido, para que uma morte possa ser interpretada pela opinião pública e pela própria Justiça como “injusta” torna-se fundamental a dissociação da vítima da condição de agressor. E, nesses termos, uma modalidade particular de pena de morte se forja no dia a dia da vida urbana fluminense. A dimensão do religioso é frequentemente acionada na experiência e expressão daqueles que sofrem com a violência na cidade. Os atos pela paz, tal como discutidos por Birman e Leite (2004), são movimentos cívico-religiosos nos quais elementos performáticos e simbólicos das religiões (cristãs, em sua maioria) vêm à cena pública reforçar a legitimidade da dor dos que sofrem e expressar seu desejo por justiça. A expressão do sofrimento no Rio de Janeiro apresenta, muitas vezes, forma e conteúdo religiosos (MACHADO, 2014, p. 05).

Em Campos a caminhada pela paz (2017 e 2018) se configura como único ato público relacionado a “violência urbana” acompanhado durante essa pesquisa. Trata-se de um ato padronizado em todo o Brasil pois faz parte da agenda da igreja católica e é coordenado por uma Pastoral.

A Campanha da Fraternidade 2018 certamente ilumina e vem ao encontro de uma sociedade que apresenta uma violência que tem muitas expressões, modos e maneiras de se revelar, chegando a ameaçar, como no caso do Rio de Janeiro, a ordem pública e a convivência social. As raízes estão na parte do julgar quando se apresenta o caso Caím, que mostra que o estranhamento e distanciamento do irmão, leva a uma eliminação com a violência homicida. Cristo, o Filho do Deus, na sua missão reconciliadora no Altar da Cruz, vence a espiral da violência e da retaliação mostrando a lógica da misericórdia e do perdão de Deus, que nos restaura e faz surgir o Reino que nos leva a construir a cultura da paz e solidariedade fraterna. A superação do ódio e da violência passa por uma educação integral para a paz e a não violência, por políticas inclusivas e transformadoras, que gerem trabalho e participação, por uma justiça restaurativa, próxima e humanizadora, por uma reforma política com controle e punição da corrupção e por um trânsito consciente e

responsável – declarou o Bispo Diocesano de Campos, Dom Roberto Francisco Ferreira Paz (CENSANET, 2018, p. 1).

A “violência urbana” é representada por atores sociais da cidade como uma consequência da falta de policiamento ostensivo e poucas vezes tratada como consequência de problemas sociais estruturais, ou mesmo quando reconhecida a complexidade da situação, as ações se resumem as intervenções policiais. As notícias e entrevistas ocorridas nos jornais analisados em 2016 (Folha 1, G1, Terceira Via e outros), apontam para uma cobrança de resultados desses órgãos de segurança para conter a violência. Cada bairro e cada situação onde crimes violentos ocorrem tem características específicas e demandam ações particulares daqueles envolvidos que diferem de ações e contextos da cidade do Rio antes mencionados. Freire (2016) explica que os engajamentos e formas de agir nos espaços públicos dependem de variáveis e contextos situacionais imprevisíveis que vão marcar reações ou não reações de atores envolvidos.

As “ações planejadas” (*action en plan*) são, portanto, situações em que o plano da atividade individual pode voltar-se para a preparação da coordenação coletiva. Por outro lado, a intencionalidade do agir é constantemente atravessada pelos eventos incertos e rotineiros, o que complexifica a reflexão sobre uma ação que seria intencional *stricto sensu* (Callon et alii, 2001). Em suma, a situação combina um espaço-tempo com relação entre pessoas e coisas, uma dimensão ecológica (o ambiente e seu equipamento), o know-how e juízos individuais e coletivos dos atores, e esta noção permite compreender modalidades de coordenações (FREIRE, 2016, p. 95).

Nem sempre um problema social se apresenta como problema público a ser tratado pelos órgãos do Estado. Em Campos, os índices de violência tratados como alarmantes pelos jornais não se configuram em um problema público a ser tratado por uma agenda dos órgãos de segurança pública. A população diretamente afetada por esses índices de violência tem pouco espaço de publicização e são raramente mencionados em matérias jornalísticas. Se as consequências da violência são tão graves a ponto de mudar as rotinas das pessoas envolvidas, temos ali um problema público nos termos de Dewey:

Tomamos então nosso ponto de partida do fato objetivo que as ações humanas têm consequências sobre os outros, que algumas dessas consequências são percebidas e que a percepção delas leva a um esforço posterior para controlar a ação a fim de garantir algumas consequências e evitar outras. Seguindo essa pista, somos levados a notar que as consequências são de dois tipos, aquelas que afetam as pessoas diretamente envolvidas em uma transação e aquelas que afetam outras além daquelas diretamente envolvidas. Nessa distinção encontramos o germe da distinção entre o privado e o público (FRANCO; POGREBINSCHI, 2008, p. 08).

Uma família que perde seu ente querido é atingida em seu âmbito familiar e privado de forma contundente e esse fato transforma as configurações familiares e rotinas diárias. Em bairros onde os assassinatos ocorrem sistematicamente e fazem parte da rotina local, os efeitos ultrapassam o limite do ambiente familiar e privado e passam a ser compartilhados por vizinhos e conhecidos. As pessoas que tomam conhecimento de tal fato passam a redefinir suas ações em acordo com essa realidade. Catela (2001) trata de desaparecimentos e como isso afeta o cotidiano dos familiares. Por meio da análise desta autora, faço um paralelo de como situações observadas em Campos podem trazer as mesmas reflexões. Um familiar não pode, nesta cidade, seguir com processos legais corriqueiros em casos de assassinatos como a busca pela resolução do crime e isso pode prolongar a dor.

Como fato social, a morte gera uma modificação no tempo e no espaço do grupo social afetado. estas mudanças têm como referencial principal as obrigações, os comportamentos e os ritos religiosos ou seculares que, por um determinado período, provocam uma espécie de intensificação dos sentimentos, emoções e estados corporais. O tempo e o espaço se concentram e, como em uma espiral, se tornam profundos e intensos. O que acontece quando esse tempo-espaço não pode concentrar-se, quando se estende por anos, se mescla com a vida cotidiana, se dispersa ou se concentra em períodos que não estão diretamente relacionados com o momento da morte? (CATELA, 2001, p. 141).

A perda de um ente querido é um sofrimento privado, mas se a perda faz parte de uma estatística de grande número de assassinatos, essa morte deixa de ser apenas uma questão a ser resolvida pelos particulares envolvidos e passa a ter uma certa visibilidade. Diferente de uma morte natural ou por enfermidades, a visibilidade dos assassinatos, no entanto, é controlada e se adequa a um determinado padrão de notícias de casos desse perfil. Assim é geralmente o jornal e não os familiares que trazem a público a morte violenta de uma pessoa nesse recorte que analiso. No caso de Lelê, mesmo após 15 anos da morte de seu filho e mesmo em um lugar que seria considerado “seguro” seus relatos demonstram o quanto perdura o medo de denunciar as circunstâncias e os autores da morte de seu filho Marcos, por medo, ela manteve o relato do desaparecimento e não do assassinato. Como pode se ver abaixo o desaparecimento e não o assassinato torna-se o ponto central de seu destaque.

Lelê: É eu entrei por causa do menino, por causa da pensão, mas mesmo se não fosse à pensão eu ia entrar, pelo menos para ter uma certidão de óbito. Se bem que não coloca nada, causa nenhuma, mas pelo menos tem uma certidão de óbito.

Viviany: Essa maneira foi a mais segura de conseguir o documento sem denunciar o assassinato, mas segura para não ter retaliação do pessoal de lá (da favela).

Lelê: Não, Deus me livre. Se eu fizesse isso eles poderiam querer se vingar, já tinha morrido, já estava morto. Por isso, que eles logo falaram, não vai a delegacia, não adianta ir e eu falei, **eu vou** porque eu tenho que dar parte do desaparecimento dele,

um documento, eu tenho que ter uma ocorrência que ele está desaparecido. Mas ela falou “pelo amor de Deus não diz que mataram ele”, porque aqui dentro eles são muito vingativos, e eu falei “não, eu não vou falar não”, na época até o delegado perguntou, delegado não, lá onde fizeram a ocorrência e eu falei “Ah, ele está desaparecido”, não, minto, eu falei com o juiz “olha seu juiz, tem horas que eu fico com medo de ter acontecido o pior, pela vida que ele levava, mas eu não posso afirmar nada né, ele sumiu, desapareceu”, e o juiz falou “se ele aparecer a senhora manda ele vir”, o juiz estava com um pedido de prisão. E eu falando né, “pode deixar, a hora que ele aparecer, ele vai vir aqui” só que eu sabia que ele não ia aparecer, eu não podia falar que ele estava morto, eu sei que foi muito difícil, muito difícil você ir a delegacia dá parte do desaparecimento sabendo que ele está morto, falar com o juiz sabendo que ele estava morto e sem poder falar nada... foi uma barra muito pesada, foi uma coisa muito sofrida. Eu sofri muito mesmo, mas depois pararam de mandar intimação, pararam com tudo, certo tempo depois eles param né, eles veem que pela vida que ele levava estava morto, parou, nunca mais chegou intimação.

Familiares podem então ter encontrado uma nova forma de publicizar e dar continuidade aos seus processos de investigação pelas mortes de seus familiares que não os meios formais. em Campos não ocorre uma mobilização coletiva nem dos diretamente e nem dos indiretamente atingidos pela violência letal, geralmente perpetrada por agentes do tráfico de drogas.

Alguns dos resultados da ação coletiva humana são percebidos, isto é, são observados de algumas formas que são levadas em consideração. Então surgem propósitos, planos, medidas e meios para garantir as consequências que são apreciadas e eliminar aquelas que são consideradas ruins. Assim, a percepção gera um interesse comum; isto é, aqueles afetados pelas consequências estão necessariamente envolvidos na conduta de todos aqueles que com eles compartilham a produção dos resultados. Às vezes as consequências são limitadas àqueles que compartilham diretamente a transação que as produz. Em outros casos, elas se estendem muito além daqueles imediatamente envolvidos em produzi-las. Assim, dois tipos de interesses e de medidas de regulação das ações são gerados em vista das consequências (FRANCO; POGREBINSCHI, 2008, p. 48-49).

Com efeito, como procurei demonstrar nas seções anteriores, são ainda raros, no levantamento bibliográfico, trabalhos voltados para o interior do estado e pequenas e médias cidades. Estudos sobre familiares de jovens assassinados por narcotraficantes, agentes do estado ou facções paramilitares são mais frequentes tendo as metrópoles como foco. O trabalho de Bermudez (2015b) que analisa experiências de familiares e vizinhos após a mortes de jovens no quadro de conflitos de vizinhança na Argentina e outros sentidos de justiça - não tematizado como ativismo contra o Estado – que emergem na sua etnografia de um bairro popular de Córdoba, os quais não se relacionam com modalidades de denúncias públicas é um exemplo. Porém, exceto este trabalho e no contexto acadêmico brasileiro, são raros aqueles que exploram as consequências das mortes decorrentes do narcotráfico para os familiares. Podemos lembrar, no entanto, que o tema das gangues (com os quais é possível fazer algumas

analogias com conflitos entre facções de narcotraficantes constitui um importante debate da agenda sociológica) constitui uma pauta importante da agenda dos primeiros estudos urbanos norte-americanos no departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (TRASHERS, 1927) da década de 1920.

A pesquisa que envolve familiares de vítimas de assassinatos em Campos é substancialmente diferente das pesquisas elaboradas em contexto metropolitano. Todos os contatos para entrevistas que fiz, necessitaram de intermediários de confiança. A relação de confiança foi um pré-requisito para que as conversas ocorressem. Nenhum intermediário institucional voltado para o atendimento de vítimas ou movimento social trouxe a mim, conhecimento prévio desses casos. A inexistência dessas mediações trouxe muita dificuldade para a pesquisa, muitas pessoas se recusaram a falar mesmo que existisse uma relação de confiança direta comigo. Mesmo as conversas realizadas são permeadas por relatos de medo em tocar no assunto. Além da clara dificuldade emocional e subjetiva que o assunto suscita. Somente para ilustrar a diferença entre esses contextos (interior/metrópole) trago um trecho do artigo de Vianna e Farias (2011) onde as autoras relatam como era a rotina de pesquisa com mães de vítimas de violência na cidade do Rio de Janeiro. Claro que os silenciamentos e os medos de retaliação também estão presentes, porém a quantidade de espaços de publicização e de militância propriamente dita ao menos existem.

Acompanhar e participar de atos e situações estratégicas envolvendo essa rede de militantes e familiares de vítimas de violência policial embrenhou-nos em contextos que trazem certas marcas recorrentes. Antes de tudo, lidamos primordialmente – mesmo que não exclusivamente – com cenas públicas<sup>8</sup>, marcadas por um processo dinâmico de fabricação de unidades e antagonismos relacionalmente definidos. Audiências judiciais, julgamentos, batalhões da Polícia Militar, atos de protesto em frente a unidades da polícia, como a Chefia da Polícia Civil, do Degase, eventos das comissões de Direitos Humanos da ALERJ e da Câmara dos Deputados, diferentes secretarias municipais e estaduais e ONGs de Direitos Humanos, entre outros, fazem parte do percurso em que tal militância é exercida e, por isso, traçaram também nossa agenda mais visível de pesquisa (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 08).

Se autores como Machado da Silva (2008) e Birman (2004) evidenciam a complexidade das formas de tomar voz de mães de vítimas de violência policial na capital, observa-se em contexto interiorano outras dinâmicas de silenciamentos que apresentam contrastes com contextos não metropolitanos. Em particular, o silenciamento se substitui ao longo do tempo por resignação e procura apaziguamento da dor na justiça divina que, ao longo do tempo, se torna a única possível.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação de mestrado, procurei compreender algumas das dimensões das experiências públicas de familiares de vítimas em Campos dos Goytacazes.

Para tanto, esta análise fundamentou-se num conjunto de documentos, dentre os quais, matérias jornalísticas, com o objetivo de compreender formas possíveis de problematizar a violência urbana em Campos. As conversas com familiares de vítimas permitiram ainda analisar diferentes dimensões de suas ilimitadas competências para acesso a algum tipo de justiça, no caso a justiça divina.

O trabalho empírico envolveu a escuta de familiares dessas vítimas, que preferimos chamar de conversas. Essas conversas apresentaram um panorama da dificuldade de tomada de voz em espaços públicos nesta cidade, mesmo com a gravidade, quantidade e complexidade que a violência urbana assume neste determinado ambiente, essas mães não encontraram arenas públicas formadas ou conseguiram formar outras com a finalidade de denúncia dos casos.

Destacamos ainda o papel da religião no tocante aos processos de apaziguamento da dor e a busca por justiça dessas mães. A justiça divina tem, em certa medida, maior credibilidade para esses atores em relação a justiça dos homens.

Ainda que essas mães busquem o espaço religioso como um horizonte de justiça disponível, a vocalização de suas perdas encontra resistência, segundo as mães, o medo e a falta de apoio formal influenciam nestes silenciamentos.

O presente estudo apresenta as histórias de vida de mães de vítimas de violência na cidade e a forma como as suas características legitimam as mortes e incidem na falta de espaços de apoio e vocalização das perdas desse grande número de familiares de vítimas.

É possível concluir com esta pesquisa que apesar de se tratar de uma cidade média do interior, ela conta com números elevados de mortes violentas comparadas com a cidade do Rio de Janeiro, capital do estado. Esses números não suscitam ações proporcionais dos poderes públicos a não ser em ações repressivas, as ações de combate estrutural das causas da violência são ignoradas em grande medida. Também são ignoradas as questões raciais envolvendo a maior parte das vítimas, homens jovens e negros.

Os familiares de vítimas sentem-se como extensão de seus mortos e sendo esses estes entendidos como culpados de sua morte, os familiares acabam como herdeiros dos supostos

crimes de seus filhos e familiares (MISSE, 2010). Além da proximidade física com os possíveis autores dos crimes que torna difícil e perigosa qualquer atitude além da resignação.

O assunto em si e suas particularidades foram os maiores limites da pesquisa, era necessário manter a segurança dos atores que contribuíram com o estudo e ao mesmo tempo era preciso sensibilidade e atenção a um tema tão delicado. Muitos informantes desistiram da conversa mesmo tendo relações próximas e de confiança comigo, o que demonstra o tamanho dessa dificuldade de vocalização.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Daniela. Violência bate recorde em 2016. *Folha 1*, 05 fev. 2017. Disponível em: <[http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2017/02/geral/1214758-violencia-bate-recorde-em-2016.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/02/geral/1214758-violencia-bate-recorde-em-2016.html)>. Acesso em: 03 mar. 2017.

ARAÚJO, Fábio A. *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGSA/UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Das consequências da "arte" macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado*. 2012. 316 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Das técnicas de fazer desaparecer corpos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. *Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes/RJ*. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2014.

ASSIS, Renan Lubanco. Morador de Guarus: categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 15, n. 45, p. 28-38, 2016.

AZEREDO, Gileno Domingos de. *Os limites da participação consentida: o caso do Plano Diretor Municipal de Campos Dos Goytacazes, RJ*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, 2015.

AZEVEDO, Sérgio de; TIMÓTEO Geraldo Márcio; ARRUDA, Ana Paula Serpa. A metrópole na sociedade contemporânea, habitação social e segregação espacial: implicações do programa municipal "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes-RJ. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37., 2013, Águas de Lindóia. *Anais... Águas de Lindóia: ANPOCS: 2013*.

BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro. Zahar, 1977.

\_\_\_\_\_. *Segredos e truques da pesquisa*, tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro. Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERMUDEZ, Natalia Euse. *El derecho a la ciudad y la construcción de territorialidades*. 2015. 30f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidad de Antioquia, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Departamento de Sociologia, 2015.

\_\_\_\_\_. Etnografía de una muerte no denunciada: justicias y valores locales en una villa de la ciudad de Córdoba, Argentina. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 455-472, 2015.

BIRMAN, Patrícia. Movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns de seus impasses: o caso do Mural da Dor. In: LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia. *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org). *Vida sob cerco: violências e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

BOLTANSKI, L; THEVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. *Antropolítica*, Niterói, v. 23, n. 2, p. 121-144, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BREVIGLIERI, M. Penser la dignité sans parler le langage de la capacité à agir. In : PAYET, J.-P. ; BATTEGAY, A. *La reconnaissance à l'épreuve. Explorations socio-anthropologiques*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2008. p. 83-92.

\_\_\_\_\_. Pensar a dignidade sem falar a linguagem da capacidade de agir: uma discussão crítica sobre o pragmatismo sociológico e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 1, p. 11-34, 2017.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. Todos temos um retrato: indivíduo, fotografia e memória no contexto do desaparecimento de pessoas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 111-123, 2012.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

\_\_\_\_\_. *L'engagement ethnographique*. Paris: Editions de l'EHESS, 2010.

\_\_\_\_\_. *Opinion publique, ordre moral et pouvoir symbolique dans Espaces Temps*. 2013. Disponível em : <<http://www.espacestems.net/articles/opinion-publique-ordre-moral-et-pouvoir-symbolique>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CEFAÏ, D.; JOSEPH, Isaac (orgs.). *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanités et épreuves de civisme*. Paris: Éditions de l'Aube, 2002.

CEFAÏ, D.; et al. (orgs.). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora UFF, 2011.

CENSANET. Via-Sacra pela Paz percorrerá ruas de Goitacazes nesta terça. *Censanet*, Notícias da região, 26 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.censanet.com.br/noticia/15000>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DE CAMPOS (CIDAC). *Bases de dados*. 2013. Disponível em: <<https://cidac.campos.rj.gov.br/2013/07/11/municipio-populacao>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

CRUZ, José Luís Vianna da. Fragmentação, Seletividade e Exclusão: impactos dos novos GPIs no norte do ERJ. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ENANPUR, 2009.

CRUZ, J. L. V.; TERRA, D. C. T. Indústria Extrativa petrolífera fluminense e limites ao desenvolvimento regional. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Campos dos Goytacazes, v. 4, p. 31-44, 2015.

DEWEY, J. *La théorie de l'enquête*. Paris: PUF, 1993.

\_\_\_\_\_. *Le public et ses problèmes*. Publications de l'Université de Pau: Farrago/Editions Leo Scheer, 2003.

DIÁRIO NF. Índice de homicídios em março permanece alto em Campos. *Diário NF*, 02 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.diarionf.com/noticia-9564/indice-de-homicidios-em-marco-permanece-alto-em-campos>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

DIAZ, Paola. *L'expérience publique des crimes politiques du passé*. Le cas du Chili post-dictatorial (1990-2004). 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centre d'Étude des Mouvements Sociaux — Institut Marcel Mauss, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2014.

EILBAUM, Lucía. *O bairro fala: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2012. 448 p.

FARIAS, Juliana. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2014.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de Tensão*. São Paulo: Editora da UNESP; CEM; CEBRAP, 2011.

FOLHA 1. Homem morto a tiros no Eldorado. *Folha 1*, 06 abr. 2017. Disponível em: <[http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2017/04/geral/1217524-homem-morto-a-tiros-no-eldorado.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/04/geral/1217524-homem-morto-a-tiros-no-eldorado.html)>. Acesso em: 08 abr. 2017.

FRANCO, A.; POGREBINSCHI, T. (orgs.). *Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey (1927-1939)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FREIRE, Jussara. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Cândido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Quando as emoções dão formas às reivindicações. In: COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.). *Cultura e Sentimentos: ensaios em Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010. p. 168-196.

\_\_\_\_\_. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 12, n. 36, p. 720 - 736, 2013.

\_\_\_\_\_. *Des émotions aux revendications: voix et souffrance de mères de victimes de violence policière à Rio de Janeiro*. 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/sociologies/6267>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

FREIRE, Jussara; RODRIGUES, N. B. Problematizar a violência urbana e a “segurança pública” em Campos: do direito à necessidade In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: RBA, 2012.

FREIRE, Jussara; SOARES, Viviany Férras da Motta. *Gramática de desenvolvimento e contínua “expectativa de modernidade”*: o impacto do Porto do Açu na cidade de Campos. In: CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 5., 2013, Campos dos Goytacazes. *Anais...* Campos dos Goytacazes: CONFIT, 2013.

FREIRE, Jussara; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. A humanidade disputada: sobre as (des)qualificações dos seres no contexto de “violência urbana” do Rio de Janeiro. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 1, p. 58-85, 2016.

FREITAS, Cleber Ferreira de; RIBEIRO, Tiago Azevedo Moço. *Análise da política habitacional de Campos dos Goytacazes/RJ*. A ação do programa morar feliz no conjunto habitacional do Parque Aldeia. 2013. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia, Campos dos Goytacazes/RJ, 2013.

G1. Campos, RJ, é a cidade mais violenta do interior do estado. *G1*, Região Serrana, 02 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/rjintertv-1edicao/videos/v/campos-rj-e-a-cidade-mais-violenta-do-interior-do-estado/5621852/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

G1. Índice de violência em Campos, RJ, cresce e assusta população. *G1*, Norte Fluminense, 15 jul. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2016/07/indice-de-violencia-em-campos-rj-cresce-e-assusta-populacao.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GASTON, Bachelard. *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: PUF, 1934.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

\_\_\_\_\_. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Thiago. Confirma o mapa da violência em Campos. *Terceira Via*, Campos, 19 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalterceiravia.com.br/2016/12/19/confirma-o-mapa-da-violencia-em-campos/>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

GRILLO, Carolina Cristoph. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. 2013. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2013.

GUSFIELD, Joseph. *Drinking-driving and the symbolic order: the culture of public problems*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

\_\_\_\_\_. *La culture de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville*. Paris: Minuit, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro. *Dados de 2016*. 2016. Disponível em: <<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Letalidade.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. *Resumo de Estado do Rio de Janeiro*. 2017.

LEITE, Marcia da Silva Pereira. *Para além da metáfora da guerra: percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da cidadania e da política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 43-90, 2000.

\_\_\_\_\_. Assim na terra como no céu: entrelaçamento entre religião e política e mediação de conflitos urbanos no movimento de mães de vítimas da violência. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. Anais... Coimbra: CONLAB, 2004.

\_\_\_\_\_. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

\_\_\_\_\_. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; FAPERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual”. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 3, n. 59, 2010.

\_\_\_\_\_. A política na favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 699-716, 2011.

\_\_\_\_\_. As UPPs, a linguagem da violência urbana e a sociabilidade no Rio de Janeiro. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva, MARAFON, Glaucio José; SANT'ANNA, Maria Josefina (orgs.). *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma/FAPERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 7-24, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos. *Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública*. Mapas (Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade). Rio de Janeiro: Ibase/Actionaid/Ford Foundation Cdrom, 2005.

MACHADO, Carly Barboza. É muita mistura: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 13-36, 2013.

\_\_\_\_\_. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-) bandido. testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, n. 42, p. 153-180, 2014.

MENEZES, Palloma Valles. Os rumores da ‘pacificação: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus’. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 665-684, 2014.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. 1999. 412 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Cândido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, M.; et al. *Quando a polícia mata: Homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: CNPq, NECVU, BOOKLINK, 2013.

NF Notícias. Exclusivo: para Beltrame Campos tem um dos mais altos índices de violência do Estado. *NF Notícias*, 20 maio 2016. Disponível em: <<http://www.nfnoticias.com.br/noticia-741/exclusivo:-para-beltrame-campos-tem-um-dos-mais-altos-indices-de-violencia-do-estado>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

NOTÍCIA URBANA. Primeiro dia de março já registra dois homicídios em Campos. *Notícia Urbana*, 01 mar. 2017. Disponível em: <<http://noticiaurbana.com.br/primeiro-homicidio-de-marco-em-campos-e-registrado-nesta-tarde-em-donana/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

O DIA. Estudo: Brasil é o país com o maior número de mortes violentas no mundo. *O Dia*, Brasil, 07 dez. 2017. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/brasil/2017-12-07/estudo-brasil-e-o-pais-com-o-maior-numero-de-mortes-violentas-no-mundo.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/brasil/2017-12-07/estudo-brasil-e-o-pais-com-o-maior-numero-de-mortes-violentas-no-mundo.html)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PARK, Robert Erza. Ecologia humana. In: PIERSON, Donald (org). *Estudos de Ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1945. p. 21-37

\_\_\_\_\_. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Gilberto (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. *A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes, RJ (1989-2001)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, 2002.

QUÉRÉ, Louis; TERZI, Cédric. Pour une sociologie pragmatiste de l'expérience publique. *Sociologies [En ligne]*, Dossiers, Pragmatisme et sciences sociales : explorations, enquêtes, expérimentations, mis en ligne le 23 février 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/sociologies/4949>>. Acesso em: 15 maio 2017.

RODRIGUES, Natália Barros. *Provas da democracia e democracia colocada à prova: participação e tomadas de vozes nos Cafés e Conselhos Comunitários de Segurança Pública em Campos dos Goytacazes*. 2012. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 139-172, 2008.

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira. *Territórios Proibidos? Uma análise das circulações e práticas sociais de jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ*. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2016.

SOARES, Viviany Ferrás. *Proteção social e política habitacional em Campos dos Goytacazes. O Programa Morar Feliz sob uma perspectiva interdisciplinar*. 2014. 58 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, 2014.

SOUZA, Suellen André de. *Existir no tráfico: percepções e vivências dos jovens traficantes de drogas da favela Baleeira*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2010.

STAVO-DEBAUGE, Joan; TROM, Danny. Le pragmatisme et son public à l'épreuve du terrain. Penser avec Dewey contre Dewey. In: KARSENTI, B.; QUERE, L. (dir.). *La croyance et l'enquête. Aux sources du pragmatisme*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2004. (Série Raisons Pratiques 15).

\_\_\_\_\_. Des "événements" difficiles à encaisser. Un pragmatisme pessimiste. In: CEFAÏ, D.; TERZI, C. (dir.). *L'Expérience des problèmes publics*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2012. p. 191-223. (Série Raisons Pratiques 22).

TERCEIRA VIA. Família é expulsa de casa por traficantes em Campos. *Terceira Via*, Notícias, 24 set. 2016. Disponível em: <<http://177.184.3.226/noticias/campos-dos-goytacazes/5586/familia-e-expulsa-de-casa-por-trafficantes-em-campos->>. Acesso em: 10 ago. 2017.

TERCEIRA VIA. Blog dos jornalistas: briga de facção aterroriza Hospital de Ururá. *Terceira Via*, Campos, 07 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalterceiravia.com.br/2017/03/07/blog-dos-jornalistas-briga-de-facciao-aterroiza-funcionarios-do-hospital-de-ururai/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. *El Campesino Polaco en Europa y en América*. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004. 422 p.

TRASHER, F. M. *The gang: a study of 1,318 gangs in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 1927.

URURAU. Família é expulsa da própria casa por traficantes no Eldorado. *Ururau*, 24 set. 2012. Disponível em: <<http://www.ururau.com.br/cidades21762>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011.